



Áreas de Conservação Transfronteiras e Seu Impacto junto às
Comunidades Locais, 1992-2000: O Caso de Chimanimani, Distrito de Sussundenga,
Manica

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Celestino Jone Benjamim

Departamento de História

Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor : Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo

Maputo, 2003

O presidente

Dr. Helder

S. J. Benjamim

O Oponente

J. M. M.

Data

19/6/03

HT-124

Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.”

HT-124

Dedicatória

À meus pais Jone Benjamim e Rosa Francisco, meus irmãos Jone Benjamim Jr, Felizarda Jone Benjamim, Júlio Jone Benjamim, Jerónimo Jone Benjamim e Olga Jone Benjamim, meus primos Ana Francisca Teodoro, Elton Gregório, Telma Gregório, Ema Gregório e Sónia Gregório

Agradecimentos

A concretização e o sucesso deste trabalho só foi possível graças ao apoio e colaboração de muitas pessoas e entidades aos quais expresso os meus agradecimentos em especial ao meu Supervisor, Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo que de uma forma paciente e incansável coordenou todo o trabalho desde a concepção do projecto de Licenciatura até elaboração da presente Tese.

Ao professor Doutor David Hedges que tanto ajudou na revisão do projecto de Tese.

Ao Coordenador Nacional de Áreas de Conservação Transfronteiras, Dr. Bartolomeu Soto que apesar da sua ocupação deu-se tempo de dar algumas considerações sobre o projecto de Licenciatura.

Aos meus colegas e amigos da turma, em especial Abel Francisco Otacala e Paulo Lopes.

Aos docentes do Departamento de História pela sua paciência e atenção durante a minha formação como estudante.

Aos meus pais que sempre diziam “ vá a escola filho para que amanhã seja gente e é bom para o seu futuro”.

A minha família, em particular meus tios Gregório Elton Ling'ande, Teodoro dos Santos Ling'ande e André Massaite que tanto contribuíram para o meu sucesso académico, meu primo Deolindo Franco Gil pelo apoio moral e material que tanto contribuiu para a conclusão do presente trabalho.

Ao Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET), pelo apoio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho.

A direcção do Projecto Transfronteira de Chimanimani pela sua hospitalidade e a todos os técnicos afectos nas áreas do projecto que se dignaram perder o seu tempo para cederem as minhas entrevistas e consultas em especial aos senhores Pedro Garicai, Alberto Caetano, Gil Jaime e Armino Araman.

A todos aqueles que directa ou indirectamente se dignaram a dar o seu apoio.

Resumo

Desde os meados da década 90, no âmbito da democratização do sistema político depois do acordo geral de paz de 1992 e das primeiras eleições legislativas e presidenciais de 1994, Moçambique tem estado a empreender esforços no sentido de reconhecer, o importante papel desempenhado pelas comunidades rurais na gestão dos recursos naturais, implementando inúmeros projectos de desenvolvimento mais participativos.

Assim, foi centralmente concebido e está sendo implementado o Projecto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani desde 1996, no distrito de Sussendenga, província de Manica, abarcando a zona da e a volta da cordilheira de Chimanimani que se estende em partes dos territórios da República de Moçambique e da vizinha República do Zimbabwe. Este projecto tem como principais parceiros financeiros a Fundação Ford e o Banco Mundial.

O contexto do projecto enquadra-se dentro da política de desenvolvimento rural e, resultou da necessidade de conservar a rica biodiversidade de Chimanimani e à necessidade de elevar a qualidade de vida das comunidades locais.

A implementação do projecto só foi possível na base de um entendimento entre os protagonistas do mesmo e as elites locais, isto é, as comunidades locais. Assim, este entendimento constitui uma alternativa plausível na participação da comunidade nas actividades do projecto como mão-de-obra local. Em muitos casos, os resultados positivos foram obtidos graças a participação destas comunidades que embora inexperientes ou não especializadas nas actividades que lhes foram atribuídas se revelaram capazes.

Este projecto tem sido visto como um dos principais meios de melhoramento da estrutura sócio-económica das comunidades de Chimanimani. A chave principal da sustentabilidade do projecto está centrada na capacidade de desenvolvimento em todos os níveis através do treinamento das comunidades locais, tendo em conta as experiências adquiridas em outros projectos do tipo participativo como, o Campfire, no Zimbabwe e o Tchuma Tchato em Tete.

O projecto ACTF de Chimanimani encontra-se na sua ponta final, apesar do trabalho já realizado, manchado por uma exclusão notória dos actores interessados, particularmente as comunidades locais, os objectivos traçados por este projecto não foram ainda alcançados na totalidade, reclamando maior mobilização, consertação e consensos, pois, queimadas descontroladas e caçadas indiscriminadas, protagonizadas por pessoas das comunidades locais ainda ocorrem nos moldes costumeiros.

Foi provavelmente o facto de a implementação do projecto ter se adequado as necessidades e interesses das comunidades locais na construção de infra-estruturas sócio-económicas como escola, loja e moageira que tem sobrevivido até então, como um projecto de um certo impacto junto as comunidades envolvidas.

Abreviaturas

ACTF- Áreas de Conservação Transfronteiras

AHM- Arquivo Histórico de Moçambique

AMRU- Associação da Mulher Rural

ARPAC- Arquivo de Património Cultural

BM- Banco Mundial

CAMPFIRE- Communal Areas Management Programme For Indigenous Resources

CEA- Centro de Estudos Africanos

CEF- Centro de Experimentação Florestal

DNAC-Direcção Nacional de Áreas de Conservação

DNFFB- Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia

DPADR- Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural

FF- Fundação Ford

FFB-Floresta e Fauna Bravia

FGMA- Facilidades Globais do Meio Ambiente

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

GEF- Global Environment Facility

GESOM- Grupo de Educação Social de Manica

GTZ- Grupo do Trabalho para o Zambeze

IAC- Instituto Agrário de Chimoio

IRDP- Integrated Rural Development Program

MADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural

NET-Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento

ONGs- Organizações Não Governamentais

ORAM-Associação Rural de Ajuda Mútua

PAC-Programa de Activistas Culturais

PNAC- Parque Nacional

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SPFFB- Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UICN- União Mundial para a Conservação da Natureza

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

	Pág
- Declaração.....	i
- Dedicatória.....	ii
- Agradecimentos.....	iii
- Resumo.....	iv
- Abreviaturas.....	vi
Capítulo1. Introdução.....	1
1. Pertinência do Tema	3
2. Periodização.....	4
3. Problematização.....	5
4. Metodologia de Investigação.....	9
CapítuloII. Enquadramento Geográfico de Chimanimani.....	11
1. Localização Geográfica.....	11
1.1 Aspectos Topográficos.....	11
2. Condições-Físicos-Naturais.....	12
3. População e Sua Origem Histórica.....	14
4. Estrutura Sócio-Política de Chimanimani.....	15
CapítuloIII. Levantamento e Caracterização dos Recursos Naturais.....	22
1. Recursos Florestais.....	22
2. Recursos Faunísticos.....	24
3. Recursos Hidricos.....	25
4. Terra: Uso e Posse.....	27
6. Características Sócio-Económicas de Chimanimani.....	30
7. Género e Divisão de Trabalho.....	32
CapítuloIV. Projecto Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.....	34
1. Etapas do Projecto.....	34
2. Objectivos e Filosofia do Projecto.....	37
3. Sustentabilidade do Projecto.....	38

4. Actividades do Projecto.....	40
5. Principais Intervenientes no Projecto.....	42
5.1. Papel dos Intervenientes.....	43
5.2. Mecanismo de Articulação dos Intervenientes.....	45

Capítulo V. Impacto Sócio-Económico do Projecto junto às Comunidades Locais ..48

1. Gestão dos Recursos Naturais antes da Implementação do Projecto.....	49
2. Impacto do Conflito Civil sobre o Sistema Local de Gestão dos Recursos Naturais.....	52
3. Implicações das Práticas Agrícolas sobre o Meio Ambiente: O caso das Queimadas.....	54
4. Impacto do Projecto.....	56
4.1. A Nível da Melhoria da Qualidade de Vida.....	56
4.2. A Nível da Preservação e Conservação da Biodiversidade.....	58
4.3. A Nível do Desenvolvimento do Turismo.....	61

VI. Considerações Finais.....65

Fontes.....	67
-------------	----

Anexos

Anexo1: Cronologia de Chimanimani e das Actividades do Projecto

Anexo2: Formas de Cortesia

Anexo3: Visita ao Projecto Tchuma Tchato dos Membros da Comunidade, Estruturas Administrativas do Distrito de Sussundenga e o Staff do Projecto

Anexo4: Primeira visita ao monte Binga efectuada pelo Staff do Projecto juntamente com o Dr. Ken Wilson

Anexo5: Turistas americanos provenientes do lado Zimbabweano com muchilas às costas vão contemplando a paisagem

Anexo6: Em primeiro plano (à direita) Eng^a Ana Paula Reis Coordenadora Provincial do Projecto na inauguração do primeiro acampamento base em Tse-Tserra

Anexo7: Programa de Activistas Culturais através da dança e do teatro divulgam o conceito do projecto e como fazer o uso racional dos recursos naturais

Anexo8: Abertura de uma picada que dá acesso aos regulados de Mahate e Nhaedzi

Anexo9: Identificação da área para a montagem do acampamento para o Staff em Tse-Tserra e ao centro na cadeira é o Dr. Ken Wilson

Capítulo I. Introdução

A situação sócio-económica de Moçambique, após a proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975, era caótica devido à herança do passado colonial e da crise económica vivida por Moçambique a partir de 1974¹. Face a esta situação, criavam-se condições para enfrentar a difícil situação que se vivia na altura e em 1977 realiza-se o 3º congresso da Frelimo, colocando o país na via da economia planificada.

O período de 1977-1981 foi o melhor de sempre comparativamente ao de 1974-1976 porque ocorreram alguns avanços significativos na economia de Moçambique quando as importações cresceram e fizeram-se tentativas de se equipar as fábricas obsoletas herdadas do passado colonial. Este período foi também do início dum dramático colapso causado pelo conflito interno que prevaleceu durante os anos de 1980 e princípios dos anos de 1990, tendo provocado grandes perturbações sociais e paralisação do desenvolvimento económico.

Com o fim do conflito em 1992, achou-se mais conveniente a elaboração de projectos de desenvolvimento mais participativos com vista a capacitar as comunidades na gestão e uso sustentável dos recursos naturais como forma de contribuir para o rápido desenvolvimento da estrutura sócio-económica devastada.

O Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras é um dos exemplos de projectos de desenvolvimento mais participativos e enquadra-se dentro da política de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais baseado no uso integrado dos recursos naturais. É um projecto financiado pelo BM no seu programa de FGMA desde

¹ Para HANLON (1997 : 111), a grande crise económica deveu-se, por um lado, ao colapso do colonialismo em 1974 que desencadeou a fuga dos portugueses que até então geriam a maior parte dos negócios e detinham a maioria dos postos qualificados e semi-qualificados e por outro lado, a guerra de desestabilização, a seca e os próprios erros da Frelimo ao prestar pouca atenção a economia rural.

1990. As primeiras missões preparatórias foram realizadas no período entre 1991 e 1994/5, envolvendo pessoal técnico do BM e consultores externos, tendo estes definido a DNFFB como instituição moçambicana que poderia conduzir a implementação do projecto².

Em 1990, foram identificadas três áreas de conservação transfronteiras a saber: Gaza, Maputo e Chimanimani e, em 1994/5 foram realizados estudos biológicos e sócio-económicos só para as ACTF de Maputo e Chimanimani³.

Os estudos feitos até agora não determinam o impacto e as limitações dos Projectos Áreas de Conservação Transfronteiras, por isso, a essência deste trabalho é fazer um estudo do Projecto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani. Pretendeu-se com este estudo compreender melhor o impacto das actividades deste projecto na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Os projectos de desenvolvimento participativos, como é o caso deste, só têm sucessos se o envolvimento das comunidades locais for activo, isto é, as comunidades devem participar na planificação, execução e na definição dos objectivos do projecto com vista ao seu bem estar e de modo a não dificultar o trabalho das próximas intervenções participativas. O menor impacto deste projecto junto das comunidades locais porque estes passaram a beneficiar-se da educação informal, de infra-estruturas económicas como loja e moageira deveu-se ao facto do projecto ter-se desviado do seu objectivo específico e ter se adequado à realidade social principalmente às necessidades e interesses das comunidades locais.

² CARE INTERNACIONAL. Projecto Piloto Integrado de Conservação e Desenvolvimento nas Áreas de Conservação Transfronteira, Maputo, 1995, p.1

³ A ACTF de Gaza sofreu um relativo atraso quando em 1994 o relatório de EDG questionou sua viabilidade sobre a vastidão da área e a ausência quase total da fauna bravia.

O trabalho tem como objectivos específicos: identificar os recursos naturais mais explorados pelas comunidades locais; analisar os efeitos das queimadas descontroladas sobre o meio ambiente; descrever as relações entre os diferentes intervenientes do projecto; identificar e analisar as principais limitações do projecto referentes a participação das comunidades locais; determinar a importância da gestão integrada dos recursos naturais na protecção e conservação da biodiversidade da área.

Procurou-se neste trabalho através de cruzamento de fontes escritas e orais recolhidas no terreno entender o processo de implementação do projecto bem como as suas etapas, objectivos e filosofia de integração das comunidades nas suas actividades. Procura-se, também, entender como era feita a gestão dos recursos naturais, a situação sócio-económica das comunidades antes da implementação do projecto como forma de compreender melhor o impacto do projecto na melhoria da qualidade de vida.

I.1. Pertinência do Tema

A consciência dos limites do crescimento económico e a deterioração dos recursos naturais quando mal geridos, reforçou a abordagem do desenvolvimento sustentável⁴, sustentável, sim, mas de um modo que seja economicamente viável, ecologicamente responsável e socialmente estável. No âmbito da cimeira de Terra realizada no Rio (Brasil) em 1992, houve um crescente número de projectos de gestão de recursos naturais. Moçambique como signatário da Convenção da Diversidade Biológica da Cimeira do Rio tem empreendido esforços que incluem a implementação

⁴ Segundo SERAGELDIN and STEER (1994: 02), o termo Desenvolvimento Sustentável foi traduzido dentro do uso comum pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (a Comissão Brundtland) em 1987. A Comissão chamou de Desenvolvimento Sustentável a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades da geração futura.

de projectos transfronteiras no âmbito da gestão dos problemas ecológicos a nível da região da SADC.

Tendo em conta os factos já descritos, interessa-nos fazer um estudo específico que aborde a problemática do impacto sócio-económico do projecto para as comunidades de Chimanimani. Estudos até aqui feitos⁵ abordam questões sócio-culturais das comunidades que vivem dentro da ACTF de Chimanimani e da fase de implementação do projecto respectivamente.

A escolha do tema está também estritamente ligada, por um lado, à paixão pessoal pela História Económica, área primordial para a compreensão de todo o processo de desenvolvimento e, por outro lado, à actualidade do mesmo. Este tema será uma contribuição para a compreensão do impacto dos projectos áreas de conservação transfronteiras, das formas de integração das comunidades nas acções do projecto e as relações entre os intervenientes e as comunidades. Cientificamente, o estudo constitui um desafio na aplicação dos processos de investigação.

A opção por esta área de estudo, justifica-se pelo facto de ser pouco evidenciado comparativamente as outras duas áreas concretamente a de Maputo e Gaza. Por outro lado, a área oferece oportunidades de desenvolvimento do turismo competitivo que pode proporcionar a implementação de infra-estruturas sócio-económicas com vista ao desenvolvimento da província de Manica em particular e do país em geral.

1.2. Periodização

Como balizas cronológicas para a realização do presente estudo será considerado o período compreendido entre os anos de 1992 e 2000. Se por um lado, 1992 é o ano da assinatura dos acordos de paz entre a Renamo e o Governo moçambicano criando

condições para a implementação dos projectos transfronteiras, por outro lado, este ano foi o da assinatura da Convenção da Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro e os países signatários são os que promovem a iniciativa de ACTF; e 2000 foi o ano da assinatura do acordo que cria o Projecto ACTF de Chimanimani entre os governos da República de Moçambique e do Zimbabwe.

1.3. Problematização

Moçambique desde cedo mostrou o reconhecimento da importância da biodiversidade e das variadas opções de desenvolvimento com base no uso sustentável dos recursos naturais que esta oferece. Actualmente, o desenvolvimento é concebido como um fenómeno que deve ocorrer com a certeza de que a conservação do meio ambiente será preservada e compatível com o mesmo desenvolvimento. Isto significa que se deve passar necessariamente por uma planificação integrada do uso e aproveitamento dos recursos naturais por forma a compatibilizar as diferentes actividades.⁶

O conceito áreas de conservação transfronteira é guiado pela existência de áreas complementares divididas por fronteiras políticas, mas que, seja necessário uma gestão similar e coordenada para o bem dos recursos naturais e do desenvolvimento que aspiramos. Em África, a conservação tem falhado por se ignorar a componente social, isto é, a componente humana da conservação (as comunidades). A conservação não é apenas uma boa ideia, mas sim, uma questão ecológica, social e económica, ela contribui para o desenvolvimento, assim como para a melhoria de qualidade de vida das comunidades rurais.

⁵ Ver estudos realizados por ARTUR (2001) e SIMBINE (2001).

A pertinência deste estudo é assegurada pelo facto de a implementação do projecto resultar da necessidade de conservar a rica biodiversidade moçambicana, aliada à elevação da qualidade de vida das comunidades rurais. Este estudo procurará entender as realizações sócio-económicas desenvolvidas pelo projecto e o seu impacto junto às comunidades locais durante os últimos anos da sua implementação. Procura-se também, neste trabalho através da análise e interpretação dos dados, compreender a filosofia da integração das comunidades nas actividades do projecto.

Após constatações feitas nas várias leituras exploratórias de temas que versam sobre a problemática de áreas de conservação transfronteiras, a grande discussão entre os autores é de que este projecto visa essencialmente melhorar a qualidade de vida das comunidades através da sua integração nas actividades do mesmo.

Olhando para a escassa literatura existente entenderíamos que os projectos participativos podem ter impactos quer positivos quer negativos, variando de acordo com a grandeza do projecto, se atendermos o argumento defendido por A. Chilundo⁷.

Chilundo (1998) defende que o impacto sócio-económico surte efeito desejado quando as comunidades locais são integradas nas actividades do projecto através do seu envolvimento na gestão dos recursos naturais com vista à obtenção de múltiplas vantagens e benefícios para as próprias comunidades e para o país em geral. No caso de Magude e Moamba o projecto teve um impacto positivo⁸. Na mesma linha de pensamento Bartolomeu Soto, Coordenador Nacional de Áreas de Conservação Transfronteiras, sustenta que: *a filosofia básica do projecto consiste em fazer reverter directamente*

⁶ CARE INTERNACIONAL. Seminário de Consulta Participativa as Comunidades e Instituições das Áreas de Conservação Transfronteira, Maputo, 1995, pg.2.

⁷ CHILUNDO, Arlindo G. " Avaliação do Impacto Sócio-económico e Ambiental do Projecto de Conservação Transfronteiras nos Distritos de Magude e Moamba ", Maputo, 1998.

*os benefícios derivados da utilização dos recursos naturais em particular os faunísticos as comunidades locais...*⁹

Hatton (1995) sustenta que as ACTF visam essencialmente apoiar as comunidades locais no melhoramento das condições sócio-económicas através da sua integração na gestão sustentável dos recursos naturais e criação de mecanismos que lhes permitem acesso aos recursos de forma a beneficiarem-se economicamente. Hatton destaca ainda a importância do projecto na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, na conservação da biodiversidade e do património cultural para a promoção do desenvolvimento sustentável.¹⁰

Um documento elaborado pela DNFFB (1995) refere que as ACTF desenvolvem-se de maneira integrada no uso múltiplo dos recursos naturais de modo a beneficiar economicamente as comunidades locais sem degradar a biodiversidade.¹¹ Por outro lado, Tom Durang, Assessor de Gestão dos Recursos Naturais na DPADR de Manica, argumenta que o objectivo do Projecto ACTF de Chimanimani é de sustentar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na base de uma ligação com a outra área de conservação, o Parque Nacional de Chimanimani, no Zimbabwe. Simultaneamente este projecto visa sustentar o desenvolvimento sócio-económico das comunidades locais de ambos os países através de promoção das estratégias de conservação e desenvolvimento¹².

⁸ CHILUNDO, Op. Cit., Pp.20/21

⁹ CARE INTERNACIONAL, Op.Cit. p.4.

¹⁰ HATTON, J.C. (ed). " Actas do Workshop sobre a Elaboração de uma Proposta para o Projecto de Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani, Maputo, 1995, p.19/20

¹¹ DNFFB. "Relatório do Workshop sobre a Proposta para o Projecto ACTF de Maputo e Desenvolvimento da Reserva de Maputo, Maputo, 1995, p.3

¹² Tom Durang. Entrevista de 17-04-2002

Um outro documento elaborado pelo MICOA (1997) defende que é necessário promover iniciativas que assegurem a manutenção da integridade ecológica, preservação do ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais de forma a melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.¹³ Por outro lado, Margarete Xavier uma camponesa de Gudza defende o seguinte:

... para conservarmos bem os nossos recursos naturais com vista a melhorarmos a nossa qualidade de vida o projecto deve nos dar emprego para que não nos limitemos apenas no uso destes para a satisfação das nossas necessidades. Esta camponesa argumenta ainda que o uso exagerado dos recursos provoca, por um lado, a degradação dos mesmos e por outro lado, a sua escassez consequentemente uma exploração não racional, isto é, cada um explora para a sua satisfação e não para o bem da comunidade...¹⁴

Um obra intitulada Mozambique Transfrontier Conservation Areas and Institutional Strengthening Project (2000) defende que o projecto terá maior impacto sócio-económico a nível do distrito de Sussundenga. Sustenta ainda que, o projecto resultou da necessidade de elevar a qualidade de vida das comunidades rurais através da gestão racional dos recursos naturais e a promoção do turismo tendo em conta as potencialidades turísticas que a área apresenta.¹⁵

Nuvunga (1995) argumenta que o projecto resultou da necessidade de conservar a rica biodiversidade de Moçambique aliada à necessidade de elevar a qualidade de vida das comunidades rurais¹⁶. Por outro lado, um documento elaborado pela UICN (1999) sustenta que os objectivos específicos do projecto visam assegurar o acesso e uso dos recursos naturais pelas comunidades locais; fortalecer as instituições comunitárias para maneio racional dos recursos; desenvolver oportunidades de mercados e gerações de

¹³ MICOA. "Primeiro Relatório Nacional sobre a Convenção da Biodiversidade em Moçambique", Maputo, 1997, p.26

¹⁴ Margarete Xavier. Entrevista de 12-04-2002

¹⁵ DNFFB. "Mozambique Transfrontier Conservation Areas and Institutional Strengthening Project": Mid Term. Review Mission, Maputo, 2000, p.27

receitas em benefício das comunidades locais; contribuir para a promoção da integração das comunidades locais na tomada de acções com vista a conservação da biodiversidade e melhoria das condições de vida.¹⁷

Para além destes, existe um conjunto de outros relatórios ou documentos e artigos que dão uma visão global da questão das Áreas de Conservação Transfronteiras. São eles: DNFFB (1999), UICN (1999), Hatton (1995).

1.4. Metodologia de Investigação

A metodologia seguida para a realização do presente trabalho e para se atingirem os objectivos previamente traçados baseiou-se, em primeiro lugar, no levantamento de toda a bibliografia da escassa literatura existente sobre a problemática das áreas de conservação transfronteiras.

A recolha da bibliografia foi feita nos seguintes arquivos, bibliotecas e instituições que se revelaram essenciais: AHM, ARPAC, CEA, Biblioteca da Faculdade de Letras da UEM, Banco Mundial, Centro de Machipanda, MADER, MICOA, DNAC, UICN, NET, ORAM, SPFFB de Chimoio.

A bibliografia e documentos recolhidos podem-se classificar em:

Artigos, documentos primários recolhidos nos escritórios do Projecto Transfronteira de Chimanimani em Chimoio dos quais se destacam: relatórios anuais das actividades do projecto, documentos pessoais de alguns consultores que trabalharam com o projecto.

A pré-selecção de documentos permitiu-nos enquadrar teoricamente o assunto em estudo, permitindo-nos, no entanto, compreender melhor a filosofia do projecto face

¹⁶ NUVUNGA, Milagre. " Projecto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani, Maputo, 1995. P.5

¹⁷ UICN. " Projecto de Área de Conservação Transfronteira de Gaza: Componente de Mobilização Comunitária ", Maputo, 1999,p.2

aos seus objectivos, os mecanismos de integração das comunidades nas actividades do projecto, os nós de estrangulamento entre comunidade-projecto.

Após a recolha de todo o material escrito e notando-se algumas lacunas, houve a necessidade de se realizar um trabalho de campo, de modo, a respondermos a tais lacunas. Um trabalho realizado nos meses de Março-Abril, que procurou entrevistar os intervenientes do projecto, membros influentes das comunidades e de algumas famílias locais. Para tal realizámos entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, permitindo-nos, a recolha de informações importantes.

Foi com o trabalho de "gabinete" onde analisamos toda a informação que foi possível a elaboração do presente trabalho. Durante o trabalho de campo, deparámo-nos com algumas dificuldades a saber: a falta de transporte e as péssimas condições das vias de acesso (estradas e pontes) para as áreas do projecto; a distância que separa uma família da outra onde éramos obrigados a percorrermos 1.5 a 2 km entre picadas de sobe-desce; a dificuldade de entender o português e as distorções das entrevistas por parte dos nossos auxiliares de campo (tradutores).

Apesar destas dificuldades é de louvar o apoio prestado pela direcção do projecto principalmente no que diz respeito ao transporte e pelos técnicos afectos nas áreas do projecto pelas facilidades de contacto com os líderes comunitários e a comunidade em geral.

Capítulo II. Enquadramento Geográfico de Chimanimani

1. Localização Geográfica

Chimanimani localiza-se na parte Centro-Oeste da província de Manica, no distrito de Sussundenga entre as coordenadas 19° e 24' a 20° e 5' latitude Sul e entre 32° e 50' e 33° e 25' longitude Este. É uma área que se estende ao longo da fronteira Ocidental entre Moçambique e Zimbabwe com uma superfície de 1756 km², vivendo cerca de 35 mil habitantes.¹⁸

1.1. Aspectos topográficos

Chimanimani é uma cordilheira montanhosa que na língua shona significa passagem muito estreita entre duas montanhas. Provém do diminutivo Chi, que significa pequeno e caracteriza um dos pontos mais estreitos entre duas montanhas por onde passam as águas dos rios Mussapa Grande e Pequeno.

De acordo com alguns régulos que se pronunciaram para especular as razões da atribuição desse nome a área em estudo, grande parte deles comentaram o seguinte:

*...Chimanimani significa passagem muito estreita que se encontra entre duas montanhas por onde atravessaram os descendentes dos actuais habitantes da área, provenientes da região do actual Zimbabwe. Foi a partir desta cordilheira que se introduziu o sistema de liderança local que herdamos hoje e que também é conhecida por sistema dos líderes tradicionais...*¹⁹

Segundo Artur, o nome original do maciço de Chimanimani provem de Chimwenjemwenje. Mwenje ou Muenje significa em shona luz, brilho do sol sobre o monte e também significa desfiladeiro²⁰

¹⁸ ARTUR, Domingos do R. Perfil Sócio- Cultural das Comunidades de Nhakayedo, ARPAC, Chimoio, 2000, p.3.

¹⁹ Mambos Elias Mahate e Mandawa Wilson Nhaedzi. Entrevistas de 18-03-02 e 23-03-02 respectivamente

²⁰ Desfiladeiro significa passagem estreita entre duas montanhas.

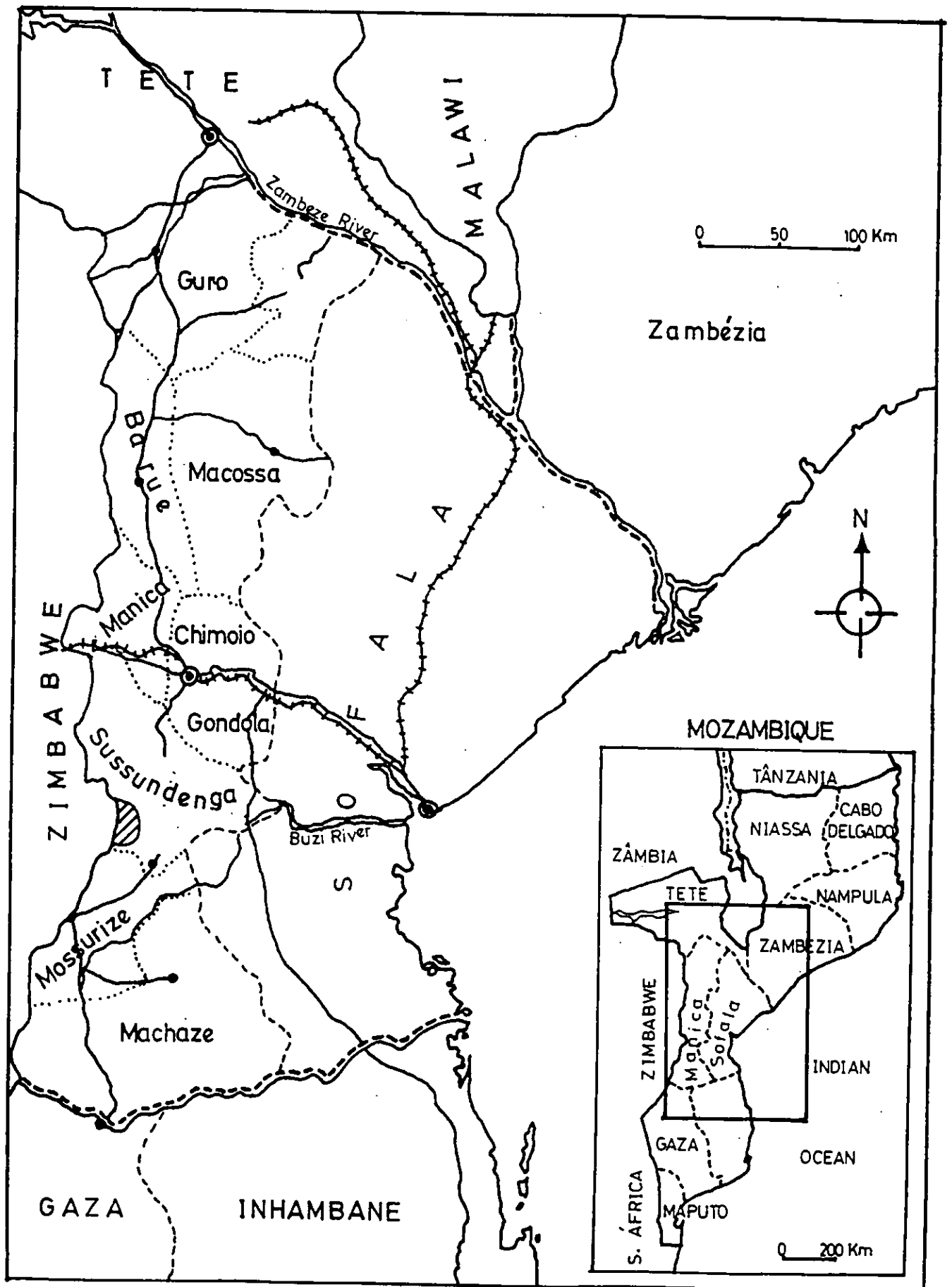


Figure 1 MANICA Province in Mozambique showing Districts

▨ - Location of proposed TFCAs

Esta explicação pode ser convergente àquela que circula dentro dos esquemas da tradição oral. Daí o nome da área em estudo é proveniente da designação dada ao maciço montanhoso que circunda a área que se estende grosso modo de Massango ao Norte até Espungabera no seu extremo sul.

2. Condições Físico - Naturais

Chimanimani apresenta um formato rectangular com cerca de 35 km de comprimento e 10 km de largura. É aqui onde se encontra o ponto mais alto de Moçambique, o monte Binga com 2436 metros de altitude. Separa-se do maciço de Espungabera com altitudes próximas dos 1000 metros. A Norte desta cordilheira localiza-se a Serra de Gorongosa cuja a altitude máxima é de 1863 metros.²¹

A área de Chimanimani é constituída essencialmente por rochas cristalinas resistentes e por terras altas. Tendo em conta estas características morfológicas, o clima desta área é do tipo tropical com duas épocas bem distintas:

- a época seca e fresca entre os meses de Abril a Setembro, onde as temperaturas são extremamente baixas, podendo se registar invernos rigorosos com temperaturas a oscilarem entre 9,2°C como mínima e 29,9°C como máxima;
- a época quente e húmida entre os meses de Outubro a Março, onde se regista uma queda pluviométrica elevada.

As somas pluviométricas médias anuais em Chimanimani e tendo em conta a influência deste tipo de clima atingem cerca de 1261 a 1800 mm e a temperatura média anual é de 18°.²²

²¹ Muchangos, Aniceto dos. Moçambique: Paisagens e Regiões Naturais, 1999, p.30.

²² ARTUR, ob. Cit. P.3

Chimanimani é uma área que se distingue pela sua beleza paisagística que se assemelha a um oásis de uma espécie de vegetação de montanha rica e rara em espécies de florestas endémicas com grande valor biológico, cultural, económico e social.

Nesta área, existem seis tipos distintos de vegetação, a saber: floresta seca de montanha; mata; matagal; pradaria; comunidades aquáticas e comunidades litofíticas. Hoje em dia estas florestas magníficas e de carácter único estão a ser modificadas por agricultores itinerantes devido a prática de queimadas no acto da preparação da terra para a lavoura.²³

Em termos de animais, Chimanimani possui variadíssimas espécies de mamíferos de grande e pequeno portes, tais como: inhalas, elefantes, elandes, cabrito do mato, impalas, leopardos e diversas espécies de pássaros, insectos e répteis. Quanto a avifauna mais de 160 espécies de aves foram registadas nas terras de Chimanimani algumas das quais consideradas endémicas e na sua maioria rara no mundo.²⁴

Na maior parte de Chimanimani os solos são avermelhados e ferralíticos com predominância de declives de variadíssimas proporções dando origem por vezes a desfiladeiros e vales. São solos derivados de xisto e quartzo. Os solos derivados de xisto são avermelhados e ferralíticos e muito acidentados, os solos derivados de quartzo são geralmente claros com baixo nível de fósforo e cálcio e nas zonas ribeirinhas os solos são castanho-escuro.²⁵

²³ DUTTON & DUTTON Reconhecimento Preliminar das Montanhas de Chimanimani e Zonas Adjacentes com Vista a Criação duma Área de Conservação, Maputo, 19 75, p.8

²⁴ Ibid..., pp. 13 e 14.

²⁵ ARTUR, ob. Cit..., p.4

3. População e sua origem histórica

Analisar todo o processo histórico que culminou com o povoamento de Chimanimani é, por si só, um exercício delicado, principalmente quando se tem em conta a exiguidade de documentos escritos e orais dos tempos já passados. Para tal, é necessário que se faça uma abordagem não isolada de Chimanimani, mas sim, do espaço territorial em que se situa.

Chimanimani como parte integrante do distrito de Sussundenga fez parte do reino de Quiteve, vassalo do Estado de Mwenemutapa, conjuntamente com outros povos da região, nomeadamente, os báruès, os tongas, ao norte, os tewes em simetria com os manyika, na parte central e os ndaus, ao sul.²⁶

Sobre a origem da população desta área, sabe-se a partir da história oral da existência de vagas migratórias de grupos de população idos da região de M'bire, no interior do actual Zimbabwe. Este grupo de população ocupava gradualmente as terras da actual Província de Manica. A prova da sua passagem por estas terras são os vestígios materiais ou arqueológicos deixados no distrito de Sussundenga nas ruínas de amuralhados e pinturas rupestres de Marodzi.²⁷

Segundo Artur, os motivos que levaram estes povos da região de M'bire a migrarem para as terras centrais da actual província de Manica continuam uma incógnita. Mas, sem termos em causa a autenticidade das fontes orais, podemos apresentar a versão mais partilhada pelas comunidades.

... foi a aridez dos solos e a escassa vegetação que já não encorajava a presença do Homem e de outras espécies vivas selvagens que teria motivado a migração destes povos para as terras centrais da actual província de Manica onde a sua sanidade

²⁶ ARTUR, Domingos do R. Cidade de Chimoio: Ensaio Histórico – Sociológico -I, Coleção Embondeiro nº 14, p.19.

²⁷ Mambo Elias Mahate. Entrevista de 18-03-02

*faunística, florestal e hídrica, provinha a exuberância em caça, recursos e a extrema fecundidade do seu solo, favorecendo a fixação destes emigrantes...*²⁸

No entanto, o que parece dado adquirido é o facto da população da área deste estudo ter sido constituída por uma parte de imigrantes que gradualmente formaram o seu próprio ramo dentro dos shonas e é maioritariamente do grupo étnico Ndaus, um ramo de pessoas que falavam shona que são descendentes de um grupo de famílias que se desentenderam com o chefe Mutema da zona do rio Rozwi nas montanhas centrais do Zimbabwe.

Em 1730, estas famílias estabeleceram a confederação Sanga, alcançando as montanhas de Chimanimani e as terras baixas adjacentes de Moçambique. Os ndaus eram agricultores primitivos. Hoje em dia o sistema social dos ndaus-shona apresenta-se como predominante na área de Chimanimani.²⁹

Deste modo, fica relativamente claro que as afinidades dos shonas e ndaus que se evidenciam nos traços culturais ou etno-linguísticos das comunidades desta área de estudo, testemunham a tão propalada descendência zimbabweana da sua população.

As comunidades actuais de Chimanimani são falantes de ci-shona, considerada uma grande família étnica da qual se constituíram as variantes etno-linguísticas conhecidas por grupos va-tewe, va-ndaus, va-manyika e os seus respectivos idiomas ci-tewe, ci-ndaus e ci-manyika.³⁰

4. Estrutura Sócio-Política de Chimanimani

Chimanimani apresenta uma riqueza histórico-cultural incalculável, com um poder tradicional forte e intacto que regula a vida das comunidades. São os chefes de

²⁸ Ibid... p.20

²⁹ Conceptual Plan For The Establishment of the Chimanimani Trans-Frontier Conservation Area between Mozambique and Zimbabwe, Harare, s/d, p.14

linhagens e de famílias que assumem o poder tradicional dentro do mundo sócio-político da autoridade tradicional.

No caso concreto do distrito de Sussundenga onde Chimanmani é parte integrante, o poder tradicional encontra-se centralizado na família Moyo cujo poder é exercido e circula entre os membros da dinastia Muriane. Que a superioridade dos Muriane seja um facto histórico comum e socialmente aceite é um dado inquestionável, uma vez que, Muriane foi considerado um grande mambo devido à vastidão do território sob seu controlo que incluía as províncias de Manica, ao centro e de Sofala, ao centro e sul, onde colocara como chefes-vassallos seus próprios filhos.³¹

A autoridade tradicional possui uma legitimidade, direito ou aceitação que lhe é conferida pela comunidade. Somente a comunidade pode lhe retirar esta legitimidade, segundo a tradição. Aqueles que assumem o poder tradicional tornam-se chefes legítimos porque de uma forma simbólica estabelecem uma relação permanente entre os vivos e os mortos e este poder é sagrado, uma vez que, busca a sua legitimidade nas raízes profundas das comunidades dada a sua ligação com os ancestrais.³²

Em Moçambique, devido à diversidade etno-cultural das comunidades, reconhecem-se vários níveis na liderança hierárquica tradicional, pois, existe um número de postos de chefes tradicionais ou regras que são especialmente específicas para funções que operam em paralelo com as regras da liderança principal. Essas regras não são escritas, por isso, pertencem ao domínio do direito consuetudinário, são

³⁰ Artur, Domingos do R. Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente: O Caso Nhakayedo, ARPAC, Chimoio, 2000, p.19.

³¹ ARTUR, Domingos do R. Cidade de Chimoio... ob. cit., p.23.

³² CUAHELA, Ambrosio. Autoridade Tradicional em Moçambique, Maputo, MAD, 1999, p.10

tão importantes como o direito escrito e têm muita força ou validade nas comunidades rurais.³³

Nas comunidades da área deste estudo encontramos, o seguinte escalonamento para os chefes tradicionais:

Mambo não é propriamente um chefe tradicional, mas sim, o representante espiritual, religioso e político do antepassado da linhagem real donde se inspira todo o poder tradicional. É um termo que implica uma autoridade secular sobre a terra e os recursos e tem como atribuições resolver os problemas que os samutunhu e sabukhu não conseguiram e conta com a presença de anciãos previamente indicados.

Em volta de Chimanimani, os líderes comunitários com o título de mambo são: Mussimwa, Gudza, Chikwizu, Mahate, Songuene, Zomba, Muoco, Dombe estes encontram-se do lado moçambicano enquanto que Chikukwa e Ngorima, do lado zimbabweano³⁴.

Sabukhu é uma autoridade secular e espiritual exercendo o seu poder sobre uma área limitada de pessoas do mambo. Somente em acontecimentos em que o sabukhu não pode resolver a questão, por exemplo, quando envolve a disputa de outro sabukhu e seus problemas, neste caso vai-se ao mambo. Em todos os casos, o mambo retém o controle directo de um segmento da sua área e das pessoas e trabalha em paralelo com o sabukhu.

Saguta / Sandunyu significa os olhos do chefe. O saguta é alguém em que o mambo confia e a indicação é feita com base na confiança do que na base da relação familiar.

³³ Ibid..., p.11

³⁴ Mambo Elias Mahate. Entrevista de 18-03-02

Sadzizo significa também olhos do chefe. É equivalente ao saguta mas exerce o seu poder ao nível mais baixo, isto é, ao nível da família ou do grupo de famílias.

Muya é uma posição de alguma importância, onde o oficial joga um grande papel espiritual e cerimonial em relação aos chefes, mambos e sabukhus. Cada mambo e sabukhu tem um muya. É genericamente a pessoa que se encarrega de rituais relacionados com a tomada de posse, vida e saúde pessoal do mambo e joga um papel de destaque aquando da cerimónia fúnebre do mambo. Como sustenta, Elias Mahate, o mambo de Mahate:

...na região de Mahate Muya é quem realiza ou orienta cerimónias. Tem uma grande responsabilidade e é familiar chegado do chefe é literalmente transcrito como sobrinho do chefe, mas o muya não é curandeiro...³⁵

O muya é no entender das comunidades locais uma pessoa encarregue de velar pelo bem estar do mambo.

Ciquero / Sikera é curandeiro e em Chimanimani, os curandeiros não têm uma influência particular e limitam-se em ser porta-vozes dos espíritos.

Samutunhu é um dos mais antigos residentes numa área que tem a responsabilidade de representar a comunidade dessa área em todas as circunstâncias. É o responsável da mobilização dos residentes do seu povoado caso se constata o atraso ou falta de chuvas. A mobilização baseia-se na contribuição com cereais com os quais são confeccionados bebidas e comidas rituais que serão ofertadas aos espíritos. Por exemplo, a cerimónia de pedido de chuva tem a designação de "Makoto" e os procedimentos para a tal cerimónia são os seguintes, como nos conta Jamisse Malicadzi Mwawasseni, o residente mais antigo da área:

³⁵ Idem...

...prepara-se a bebida em panelas de barro, reúne-se todos os samutunhu para beberem. No acto da cerimónia vão dizendo. Trouxemos estes produtos para dar papá comer um pouco e esta cerimónia realiza-se nas chamadas florestas sagradas, como é o caso da floresta Banha em Mahate, uma vez por ano ou em anos alternativos, dependendo dos espíritos da região...³⁶

Segundo as próprias comunidades, as florestas sagradas constituem o local mais apropriado para a realização das cerimónias tradicionais porque acreditam que é aqui onde repousam os seus antepassados e as cerimónias por elas realizadas constituem uma das formas do reconhecimento do seu poder espiritual e religioso sobre as suas vidas.

Conselho de Anciãos constituído não apenas por adultos, mas sobretudo por notáveis membros da comunidade que se reúnem regularmente para simples balanço da situação geral da comunidade, circulação de mensagens, troca de ideias e tomada de decisões. A concentração é feita em casa de um dos membros, à sombra de uma árvore que é conhecida por “dare”, funcionando como um tribunal liderado pelo chefe da povoação / aldeia, o samusha. Este local é vedado as mulheres porque são consideradas pessoas vindouras, exterior a povoação devido ao carácter exogâmico das alianças matrimoniais.³⁷

O conselho de anciãos é que aconselha e apoia o chefe tradicional na análise de vários aspectos da vida das comunidades a destacar:

- Na resolução de conflitos comunitários de natureza pouco complexa;
- Na promoção e organização de cerimónias ;
- Na organização de ritos de passagem ou de iniciação;
- No aconselhamento do chefe em cada momento do desempenho de suas funções.³⁸

³⁶ Jamisse Malicadzi Mwawasseni. Entrevista de 05-04-02

³⁷ Artur, Domingos do R. Perfil Sócio- Cultural das Comunidades de Nhakayedo, Ob.Cit, pp.25/26

³⁸ Cuahela, Ambrósio. Ob . Cit, p.33.

Como dizia um ancião: *Um verdadeiro chefe tradicional tem a colaboração de um conselho de anciãos e outros membros da elite da autoridade tradicional entre tarefas descentralizadas por diferentes linhagens...*³⁹

Segundo Cuahela, a grande vantagem dos chefes tradicionais no relacionamento para com as suas comunidades é a de conhecerem a zona, pertencerem à cultura das comunidades que dirigem e acima de tudo conhecerem essa cultura em profundidade. Sustenta ainda que, hoje em dia, os chefes tradicionais são designados por líderes comunitários, visto que se identificam com a cultura das comunidades ou procuram conhecer e compreender o significado de cada acto material e espiritual da comunidade⁴⁰.

As comunidades acreditam nos líderes comunitários porque o poder destes está directamente ligado aos antepassados.

Altuna, citado por Artur a respeito das chefias tradicionais e tendo em conta os povos bantus em geral, afirma o seguinte: o chefe tradicional é o canal de conexão directo com a corrente vital ancestral. Entre o chefe e o organismo social que está abaixo dele existe um laço místico⁴¹

No caso de Chimanimani, o mambo é quem representa a liderança comunitária, sem que, seja ele a tomar conta de forma directa de todos os aspectos dessa liderança.

Quando procurámos saber como é que se adquire a posição de mambo, Mandawa Wilson Nhaedzi, o mambo de Nhaedzi deu-nos a seguinte resposta:

...a posição de mambo é adquirida através de sucessão. Mas para tal é necessário que haja uma selecção que deve ser feita entre candidatos qualificados pelos mais velhos da família. As qualidades do candidato a sucessão são simples. Para além de ser membro da linhagem real e na linha de sucessão deve possuir a capacidade de resolver problemas da

³⁹ Deniasse Chizicane. Entrevista de 22-03-02.

⁴⁰ Ibidem..., p.37

⁴¹ ARTUR, Domingos do R. Perfil Sócio- Cultural das Comunidades, ibidem..., p.27

*comunidade e ser pessoa de bom coração, assim visto por todos e aprovado pelo médium ou conselho de anciãos...*⁴²

A norte das províncias de Manica e Sofala principalmente entre os va-senas a sucessão passa para o irmão num sistema de diferentes casas seguindo uma linha lateral na mesma região.

Em Chimanimani, caso não se encontre uma pessoa com direito imediato à sucessão, elege-se um outro membro da linhagem real que deve merecer a aprovação do conselho de anciãos. Caso seja aprovado, este pode exercer o cargo em seu próprio nome ou como um substituto até que um outro chefe mais legítimo apareça normalmente um jovem que adquire a maioridade.

Entre os va-shona do sul de Manica e Sofala qualquer eleição deve ser aprovada pelo médium, aquele que recebe espíritos. No regulado de Mahate, o responsável pela encarnação dos espíritos é o "Tuday Thekeza", um indivíduo que não faz parte da família do mambo.⁴³ Atentemos a este discurso de Viegas Mapozemaziane em torno da sucessão do chefe tradicional:

*... para se ser chefe tradicional não basta querer ou ter força para dominar os outros, mas sim, é necessário que pertença a linhagem que a comunidade reconhece com autenticidade de sangue e maior antiguidade ou que descende em linha directa do fundador do grupo...*⁴⁴

Os Chefes tradicionais actualmente conhecidos como líderes comunitários são os que regulam a vida das suas comunidades e gerem toda a riqueza natural da área, isto é, controlam os recursos naturais e a formas de exploração, assunto que é tratado no capítulo seguinte.

⁴² Mandawa Wilson Nhaedzi. Entrevista de 23-03-02

⁴³ ARTUR, Domingos do R. Ob. Cit., p.25

⁴⁴ Viega Mapozemaziane. Entrevista de 23-03-02

Capítulo III. Levantamento e Caracterização dos Recursos Naturais

Em Moçambique cerca de 80 % da população vive nas zonas rurais onde a sua base de subsistência são os recursos naturais.

Na área deste estudo, podemos encontrar uma diversidade de recursos naturais, entre os quais se destacam os florestais, faunísticos, hídricos e terras que são vastíssimas e ubérrimas e estão protegidos pelas regras tradicionais

1. Recursos Florestais

Independentemente da sua função económica, as florestas concorrem para o equilíbrio físico e social duma comunidade. Nas zonas montanhosas, a acção das florestas é mais acentuada porque asseguram a protecção das terras contra a erosão e regula o regime das águas das chuvas. A função económica das mesmas resume-se na satisfação imediata das comunidades locais. Como sustenta Gil Jaime, técnico médio de florestas:

*... as florestas constituem um reservatório de matéria-prima principalmente a madeira que é utilizada para diversos fins pelas comunidades locais e proporciona uma quantidade apreciável de produtos animais e vegetais que interessam a alimentação das populações...*⁴⁵

As florestas naturais ocorrem de forma exuberante na área deste estudo, o que constitui um verdadeiro depósito de recursos e matéria-prima e a sua exploração circunscreve-se dentro do contexto da satisfação de várias necessidades das comunidades. Do ponto de vista ambiental, as florestas modificam o clima, corrigem os terrenos, protegem os solos da destruição e arrastamento pela água.⁴⁶ As florestas têm também a função medicinal, como sustenta Deniasse Chizicane, curandeiro da área de Nhaedzi:

⁴⁵ Gil Jaime. Entrevista de 20-04-02

⁴⁶ ARTUR, Domingos do R. Op. Cit., p.37.

... a floresta é na prática, o centro farmacêutico das comunidades locais onde os farmacêuticos nativos, curandeiros, buscam os mais complexos medicamentos. É tida também como fonte de plantas medicinais e autêntico garante da saúde e da vida das pessoas...⁴⁷

Dada a importância que as florestas têm para as comunidades rurais, por um lado, na satisfação das suas necessidades tanto económicas como medicinais e, por outro, na manutenção da integridade ecológica urge a necessidade de se fazer um controlo por parte de agentes especializados, com vista a se evitar a degradação considerável desses recursos e a retardar o desenvolvimento das comunidades locais. Dentre os recursos florestais mais explorados destacam-se os seguintes:

As árvores e arbustos que proporcionam produtos e serviços às comunidades locais. Providenciam também alimentos silvestres a saber: frutas, mel, cogumelos e insectos essenciais na dieta das comunidades e forragens que servem de alimento para os animais e de adubos.⁴⁸ Aleckman Aga, artesão defende o seguinte sobre a importância das árvores: *as árvores dão-nos cordas, troncos, estacas para a construção de casas, alpendres, fabrico de colheres de pau, pratos e pilões entre outros utensílios⁴⁹...*

Nesta área, existem árvores sagradas e o seu corte não é permitido, por exemplo, o umbila é uma árvore sagrada. Consideram-na sagrada porque os portugueses tentaram derrubar mas não conseguiram e até hoje em dia continua intacta.

Os bambus constituem uma parte da flora de Chimanimani e é largamente utilizada para vários fins, na construção de casas, no fabrico de instrumentos domésticos e de arte, como, cadeiras, mesas, cestos e esteiras confeccionados de palhas ou fibras de bambu para venda ou uso próprio.⁵⁰ Como sustenta Simone Chimerera, presidente do

⁴⁷ Deniasse Chizicane. Entrevista de 23-03-02

⁴⁸ SIMBINE, Arlindo. O Papel das Comunidades na Gestão de Áreas de Conservação Transfronteira. O Caso de Chimanimani, Maputo, 2001, p. 5

⁴⁹ Aleckman. Entrevista de 22-03-02.

⁵⁰ ARTUR, Domingos do R. Perfil Sócio-Cultural das Comunidades de Nhakayedo, Op. Cit., p. 23.

Comité de Gestão dos Recursos Naturais de Mahate: *a área de Mahate é rica em bambus e é para nós nossa riqueza e orgulho para as comunidades que utilizam estes bambus para feitura de esteiras, cestos, gaiolas para a pesca e mais...*⁵¹

Para as comunidades de Mahate os bambus representam uma riqueza natural e constitui uma fonte alternativa de rendimento com a venda dos seus produtos.

O capim desempenha diferentes papéis em qualquer comunidade. Pode ser utilizado na medicina tradicional, no uso doméstico como material de construção, vassoura, silos, colmeias e é usado para aquecer as pessoas à noite tal como lenha. Serve também de pasto e de abrigo para os animais domésticos e selvagens e protege os solos contra a erosão⁵².

As florestas são parte integrante dos sistemas agrícolas em África, mas a sua conservação pelas comunidades locais está enraizada na cultura, tradições e religião

2. Recursos Faunísticos

Hoje em dia, os recursos faunísticos têm sido muito escassos em virtude da grande ocupação de terras por parte da população agricultora, provocando a emigração dos animais.

A área de Chimanimani dispõe de uma diversidade quantitativa e qualitativa de espécies animais entre estes os herbívoros, os carnívoros, os ruminantes, os répteis, as aves e os insectos. Nas terras altas ainda pode se ver grandes antílopes, elandes e variedade de outras espécies.⁵³

⁵¹ Simone Chimerera. Entrevista de 18-03-02.

⁵² ARTUR, Domingos do R. Op. Cit., p.24.

⁵³ ARTUR, Domingos do R. O Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente, Op. Cit. , p.40

Os recursos faunísticos têm um grande valor económico, social, científico, educacional e recreacional e contribuem para a beleza natural da biodiversidade dum determinado ecossistema tal como de Chimanimani, como nos conta esta camponesa:

... os animais têm também um valor negativo porque tem causado o medo nas pessoas é o caso de animais ferozes incluindo cobras. Alguns animais predizem más notícias, o caso do mocho quando canta a noite junto a casa. Também muitos animais selvagens têm aplicação na medicina tradicional cuja a contribuição é positiva...⁵⁴

O animal não só serve para o consumo como se pensa, mas também, é portador de mitos de região para região. É o indicador de desrespeito de uma norma da região porque só aparece quando algo de errado se verifica na zona, como por exemplo. o leão.⁵⁵ Bofana, mambo de Mapombere conta-nos o seguinte sobre o valor mítico do pangolim

... aqui na nossa área, o pangolim também conhecido por halakavuma é um animal misterioso e o seu aparecimento na zona é visto como trazendo mensagem que deve ser transmitida exclusivamente ao chefe tradicional. Se alguém caçar este animal deve entregar ao mambo. O animal só é abatido depois de revelar a mensagem que traz e a sua carne é comida pelo mambo e sua família. Caso não revele a mensagem é excusado abate-lo se não traz desgraça para a zona inteira ou ao mambo e sua família...⁵⁶

Nos tempos mais recuados os animais não eram abatidos de qualquer maneira e este era o princípio que existia. Essa era uma forma de moralidade e motivação para as comunidades tomarem cuidado com os seus recursos.

3. Recursos Hídricos

Os recursos hídricos são constituídos por águas superficiais permanentes. As chuvas constituem a principal fonte de alimentação dos cursos de água que correm no sentido Oeste / Este.

Existem diversas formações lacustres dispersas pela área quer sob forma de bacias hidrográficas ou lagoas naturais entre estes temos a destacar, a lagoa Matowe

⁵⁴ Essanatte Massocha. Entrevista de 23-03-02

⁵⁵ Ibidem..., p.41.

que outrora serviu de local de baptismo dos mambos quando tomavam posse e a lagoa Nyamakhaza, considerados como os mais sagrados porque têm a ver com questões espirituais. Dá-se exemplo da lagoa Nyamakhaza que em certos dias pode se observar um pomar cheio de laranjas num outro dia pode se encontrar um bananal, o mais agravante ainda é de encontrar uma galinha de cor preta com seus pintos, um macaco todo branco enfim uma infinidade de coisas podem ser vistas nas proximidades desta lagoa.⁵⁷ No concernente aos rios, entre os mais importantes, se destacam o Mussapa Grande e Pequeno, o Moha, Mussamba-Hombe sendo este último o mais sacralizado e as suas águas não podem ser pisadas quando se estiver a atravessar.⁵⁸

Vários depoimentos recolhidos servem de sustento deste carácter sagrado dos rios. Atentemo-nos a este depoimento de Zacarias Paissai Bande, agricultor: *existem rios que, a água não pode ser bebida com as mãos, mas sim, com folhas de árvores e não pode de jeito nenhum deixar cair algumas gotas na água do rio...*⁵⁹

A maior parte destas lagoas e rios tornam-se sagrados, objectos de tabu e daí proibidos devido ao perigo que representam para os membros das comunidades. No entanto, regra geral esse perigo é muitas vezes atribuído à presença de forças ocultas do mal que estão relacionados com os antepassados.⁶⁰

Os valores tradicionais aqui apresentados que na sua essência asseguram as formas de propriedade, de uso racional e mesmo de transmissão de certos recursos naturais estão sujeitos aos efeitos das dinâmicas sociais. Por exemplo, a modernização e

⁵⁶ Mambo Bofana. Entrevista de 22-03-02.

⁵⁷ SIMBINE, A. Op. Cit. p.6

⁵⁸ ARTUR, Domingos do R. Op. . Cit., p.43

⁵⁹ Zacarias Paissai Bonde .Entrevista de 22-03-02

⁶⁰ SIMBINE Ibidem..., p.45.

a ocidentalização foram no passado factores nefastos na diluição das normas tradicionais de conservação dos recursos naturais.

4. Terra: Uso e Posse

A terra é um dos recursos naturais mais importantes que Moçambique possui, cujo acesso é direito de todos os moçambicanos sem discriminação de qualquer ordem.⁶¹

Na verdade, foi a terra que sempre forneceu ao Homem os recursos que lhe permitiram a sua sobrevivência até aos nossos dias. Para o caso das comunidades deste estudo que são essencialmente rurais, a terra é um recurso capital porque é dela que se encontra a sustentabilidade e o poder material económico e social.⁶²

A primazia deste recurso, entre outros recursos naturais, é o facto deste ser, o receptáculo de plantas e seres vivos e não vivos que se encontram na natureza por um lado e provavelmente por ser também a matéria sobre a qual se exerce a principal actividade de subsistência das comunidades, a agricultura.

John Kenyatta citado por Artur, fez o seguinte pronunciamento referindo-se da tribo Kikuyu:

*... os Kikuyu consideram a terra como a mãe da tribo devido ao facto de a mãe suportar no seu seio durante oito ou nove luas o peso da criança. A terra pelo contrário nutre a criança por toda a vida e, mesmo depois da morte novamente toma conta dos espíritos dos mortos por toda eternidade. Assim a terra é a coisa mais sagrada acima de tudo...*⁶³

Com efeito, é a agricultura que atrai a si quase totalidade da população activa e capaz de trabalhar invariavelmente do ponto de vista de faixas etárias e sexo. Como dizia uma camponesa sobre a utilidade da terra como única forma de sustentabilidade:

... aqui na nossa zona a terra não descansa porque durante o ano existem muitas culturas para serem produzidas. Por exemplo, quando se tira uma cultura logo é substituída com outras. Numa só machamba encontramos diversidade de culturas, o milho tem o seu

⁶¹ Lei de Terras. Lei n.º.19/97. Artigo 10. n.º 1

⁶² ARTUR, Domingos do R. Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente. Op. Cit., p.22

⁶³ Idem...

mês, o feijão também tem o seu mês..., a agricultura é mesmo o trabalho da nossa vida...⁶⁴

Em Chimanimani, o uso da terra está relacionada com a actividade agrícola. Deste modo, a terra arável é considerada como sendo um verdadeiro meio de produção que tem o seu valor consoante as suas probabilidades de fertilidade. Devido à grande disponibilidade de terras por um lado e a fraquíssima densidade populacional por outro lado, observa-se o desenvolvimento de uma agricultura ambulante, isto quer dizer, perante a vastidão de terras incultas, as pessoas optam pelo abandono das machambas, indo abrir outras.⁶⁵

A posse de terra é para os camponeses uma condição de estabilidade social e base fundamental da sua sobrevivência porque é a melhor riqueza que possuem. O trabalho da terra sempre constituiu fonte de rendimento, de produção e de reprodução social entre as comunidades rurais.⁶⁶

O mambo representa a estrutura sócio-política prevalecente e indispensável no funcionamento das comunidades. Mas, o facto de se notar que, grandes ou pequenas extensões de terra receberem o nome de mambo, não significa a apropriação privada dessas terras.

Segundo Araman, os sabukhus que são a estrutura hierarquicamente inferior ao mambo, são os que fazem a verdadeira gestão da terra, distribuem ou até em certos casos tomam por si decisões de não distribuir, quando não achar prudente mesmo por decisão do mambo...⁶⁷

⁶⁴ Elizabeth Chizicane. Entrevista de 23-03-02.

⁶⁵ ARTUR, Domingos do R. Op. Cit., idem...

⁶⁶ SANTOS, F. Maurício. Passado e Presente do Papel de Articulação do Sector Privado e do Sector Familiar no Acesso à Terra em Moçambique. Estudo de Caso no Distrito de Monapo, Maputo, 1987, p.61

⁶⁷ ARAMAN, Armindo. A Posse da Terra pelas Comunidades Locais e o Reconhecimento dos seus Direitos de Gestão dos Recursos Naturais, Maputo, 2001. p.2.

Todo o acesso a terra é sentenciada em última instância pelo mambo, mas com o parecer dos chefes de grupo de povoações ou da povoação. Como argumenta, Domingos

Artur:

... quem quiser viver aqui, não pode se instalar sem falar com os chefes locais não pode porque as vezes quando você vai destroncar uma árvore pode cair por cima do seu corpo, se for assim vais dizer quem? Ninguém vai poder responder porque não avisaste ao mambo que, eu estou a procura dum sitio para ficar. No entanto caso avise, este delega uma pessoa para te acompanhar a procura do sitio. Mas se já descobriste o sitio, podes dizer logo que, eu já vi o sitio X e o mambo autoriza para começares a trabalhar. Depois da primeira colheita é necessário fazer uma cerimónia de apresentação, confeccionando bebida tradicional chamada Kupwittitisa, fazer fumaça, sacrificando animais domésticos para a grande refeição. A cerimónia é orientada por um grupo de anciãos com a presença do mambo...⁶⁸

Cada mambo delega autoridade sobre parcelas de terra, os seus recursos e pessoas por uma série de masabukhu enquanto retém o controle sobre uma parte da sua área. Se perguntas ao mambo, quem é o dono dessa terra, normalmente responde o seguinte, como defende o mambo Sawana Gudza: *Eu. Mas dei a terra X, nome do sabukhu, que embora minha, é agora dele. Somente quando há um caso que ele não consegue resolver, ele trás para mim...⁶⁹*

No entanto, reconhece-se a importância e o valor sócio-cultural desta estrutura que tem o poder de garantir o uso da terra aos membros da comunidade através de métodos tradicionais e seculares considerados apropriados que também regulam a posse e a resolução de conflitos de terras.

Os problemas ligados à posse e uso da terra têm ocupado em todas as épocas um dos lugares cimeiros na valorização dos interesses das comunidades porque a propriedade da terra e seu uso formam uma instituição de existência universal tão recuada no tempo quase como o próprio homem.⁷⁰ Quer seja individual ou colectiva, a

⁶⁸ ARTUR, Domingos do R. Op. Cit. p.23

⁶⁹ Mambo Sawana Gudza. Entrevista de 24-03-02

⁷⁰ ARAMAN, Armindo. Op. . Cit., p.3

propriedade da terra e o seu uso constituem uma força ideal de tal ordem que nenhum poder político a ignora.⁷¹

Genericamente em Moçambique não há falta de terra, mas o que se passa de facto, é a não abundância de terra arável, quer sob o ponto de vista de qualidade dos solos, quer sob o ponto de vista da sua localização, razão pela qual, regista-se uma maior concentração dos camponeses nas áreas onde os solos são férteis e a terra é mais produtiva.⁷² Como sustenta António Cônsul, oficial de programas da ORAM delegação de Chimoio: *existe muita terra mas em estado de mata e todos querem ocupar áreas já desbravadas mesmo os estrangeiros que têm recursos financeiros porque estás apresentam menos custos...*⁷³

As comunidades de Chimanimani, respeitam a terra em particular e a natureza numa forma geral. Sentem-se orgulhosos por estarem inseridos naquele espaço geográfico cheio de alternativas para melhorar a sua situação sócio-económica através da valorização dos recursos naturais localmente existentes.⁷⁴ Por outro lado, o quotidiano destas comunidades baseia-se na interacção homem-natureza desde o nascimento até a morte.

5. Características Sócio-Económicas de Chimanimani

A estrutura sócio-económica da área em estudo, proporciona as comunidades locais uma série de necessidades de desenvolvimento devido a depressão da área, agravada por uma limitada rede de trabalho, de infra-estrutura de serviços e de apoio: estradas, pontes, electricidade, centros de abastecimento geral e outros. Não há indicadores de exercício de qualquer actividade económica que estabilize a base económica das comunidades que são maioritariamente analfabetas e iletradas, bastante

⁷¹ Lei de Terra n.º 19/97. Artigo 10, n.º 2

⁷² CASTELO-BRANCO, Carlos N. Moçambique: Perspectivas Económicas, Maputo, 1994, p.67. ✕

pobres, sobrevivem praticando a agricultura e a criação de gado a escala de subsistência.⁷⁵

Na área de Chimanimani, praticamente não existem fontes de emprego, as comunidades locais não vêem qualquer aplicação de conhecimentos que se adquirem no ensino formal, daí que, muitos jovens recorrem a migrações ilegais com todos os riscos as plantações de chá da República do Zimbabwe como forma de minimizar as difíceis condições económicas a que estão mergulhadas.⁷⁶ Não existem infra-estruturas sócio-económicas como: hospitais, escolas, lojas ou mercados, moageiras, meios de transporte e fontes de água melhoradas.⁷⁷

As comunidades locais dedicam-se à agricultura e caça essencialmente para além de outras actividades praticadas nas zonas rurais. Todavia, é cada vez crescente a ocorrência da caça como fonte de receitas para aquisição de produtos manufacturados. Há uma diversidade de técnicas de caça em uso nas comunidades locais, entre elas contam-se a montagem de armadilhas tradicionais com laço, ratoeiras, a abertura de fossos ou buracos, o uso de arco flecha, de zagaias e nalguns caso de armas de fogo.⁷⁸ A economia desta área é baseada na agricultura de subsistência onde as condições dos solos e clima possibilitam a prática das culturas do milho, inhame, feijão, mandioca e mexoeira, culturas mais consumidas e a área é igualmente famoso no cultivo do trigo e como instrumento de produção faz-se o uso de enxadas não estando desenvolvida a tracção animal.⁷⁹

⁷³ António Cônsul .Entrevista de 20-04-02

⁷⁴ Idem...

⁷⁵ Alberto Caetano. Entrevista de 18-03-02

⁷⁶ António Joaquim. Entrevista de 22-03-02

⁷⁷ Idem...

⁷⁸ ARTUR, Domingos do R. Perfil Sócio-Cultural das Comunidades de Nhakayedo... Op. Cit., p.20

⁷⁹ Ibidem..., p.19

A dieta alimentar local consiste basicamente na massa⁸⁰ obtida de cereais como é o caso de milho-“sadza re magwere”; e de mapira-“sadza re mapfunde” acompanhada com frequência de caril de legumes-“muriwo wa massamba” ou de carne-“muriwo wa nyama”⁸¹.

As comunidades usam as técnicas de cultivo baseado no sistema rotativo, no pousio e na remoção da terra em profundidade como práticas de recuperação das terras.⁸²

6. Género e Divisão de Trabalho

O termo género usado neste trabalho, refere-se à relação existente entre o homem e a mulher determinada pelo papel social e cultural de ambos os sexos. Quando se fala de trabalho do homem e da mulher, trata-se de trabalho específico do género. Isto não significa que hajam trabalhos considerados para mulheres e outros considerados para homens.⁸³

No caso concreto dos países desenvolvidos procura-se ter um número igual de homens e mulheres nos sectores de actividades enquanto que nos países em vias de desenvolvimento, os homens e as mulheres têm papéis diferentes e procura-se aspectos qualitativos de participação.⁸⁴

Por exemplo, em Chimanimani os homens activos ocupam-se dos trabalhos considerados pesados e de alto risco como, desbravamento de matas para fins agrícolas, construção de casa e o seu apetrechamento em utensílios de produção como, enxadas,

⁸⁰ O termo massa para as comunidades do centro e norte é o mesmo que xima usualmente conhecido na zona sul.

⁸¹ Ibidem..., p.21

⁸² ARTUR, Domingos do R. Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente... Op. Cit., p.25

⁸³ ROOS, Wilma. Estratégias de Género no Maneio dos Recursos Naturais. Maputo, 1998, p.5

foices, catanas, machados e em utensílios de uso doméstico a saber: pratos, colheres, pilões, cestos, esteiras e mais, construção de celeiros, de alpendre, transporte das colheitas. As mulheres são lhes reservadas tarefas como, os afazeres domésticos, limpeza, cozinha, farinação dos cereais, sementeira, sacha, colheita e gestão caseira dos víveres. Mas, têm também a responsabilidade de complementar as tarefas dos homens, por exemplo, na construção de casas, as mulheres maticam ou rebocam as paredes e o chão das casas e equipam a de utensílios de cerâmica a saber: panelas, bilhas...⁸⁵ A caça e a pesca em água doce são normalmente feitas pelo homem, enquanto que a pesca litoral conhece uma grande participação feminina.⁸⁶

Existem também uma divisão de trabalho na base de sexo e idades, no seio das crianças. As meninas com idades compreendidas entre os 5 e 10 anos cuidam dos bebês e os rapazes do mesmo intervalo de idades são lhes socialmente confiadas as funções de protectores das culturas nas machambas contra os pássaros, animais selvagens como por exemplo; macacos, coelhos entre outros que tendem a devastar as sementeiras e as culturas.⁸⁷

Chimanimani, por ser uma área contígua com o Parque Nacional de Chimanimani do Zimbabwe, joga o mesmo nível de protecção da biodiversidade com vista ao desenvolvimento sócio-económico das comunidades residentes em ambos países. O Projecto Transfronteira de Chimanimani que no capítulo a seguir se descreve constitui o estágio final do processo do desenvolvimento das comunidades locais baseado no uso múltiplo dos recursos.

⁸⁴ DNFFB / UMC. Relatório do Workshop sobre Estratégia de Género no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 1999, p.10.

⁸⁵ ARTUR, Domingos do R. Perfil Sócio-Cultural..., Op. Cit., pp.18-19

⁸⁶ ROOS, Wilma, Op. Cit., p.15

Capítulo IV. Projecto Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.

Com o fim do conflito interno que devastou o país durante 16 anos e depois da fase de emergência viu-se a necessidade de se elaborar projectos de desenvolvimento mais participativos, tendo em conta que, desde o período colonial, incluindo o período pós-independência a maior parte dos projectos de desenvolvimento eram feitos num sistema de cima para baixo, isto é, não se respeitavam as prioridades das comunidades.

Hoje, urge a necessidade de se envolver as comunidades no desenho e na implementação dos projectos comunitários com o objectivo de ajudar e salvaguardar os seus interesses e tornar os projectos mais sustentáveis. Para tal, o governo de Moçambique aprovou em 1996 a implementação do Projecto ACTFs como um dos exemplos de projectos participativos que enfatiza o uso e a gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais residentes dentro dessas áreas ou nas áreas circunvizinhas⁸⁸

1. Etapas do Projecto

Em Outubro de 1996, o governo aprovou a implementação do Projecto ACTF de Chimanimani, no distrito de Sussundenga, englobando os postos administrativos de Dombe, Rotanda e Moha, compreendendo as seguintes áreas comunitárias: Tse-tserra, Mahate, Muribane, Zomba, Munhinga e Nhaedzi, totalizando uma área de 1756km² e tem como limites, a Norte Tse-tserra, a Sul o rio Lucite, a Este a estrada que vai de Sussundenga e Dombe e a Oeste a cordilheira de Chimanimani⁸⁹.

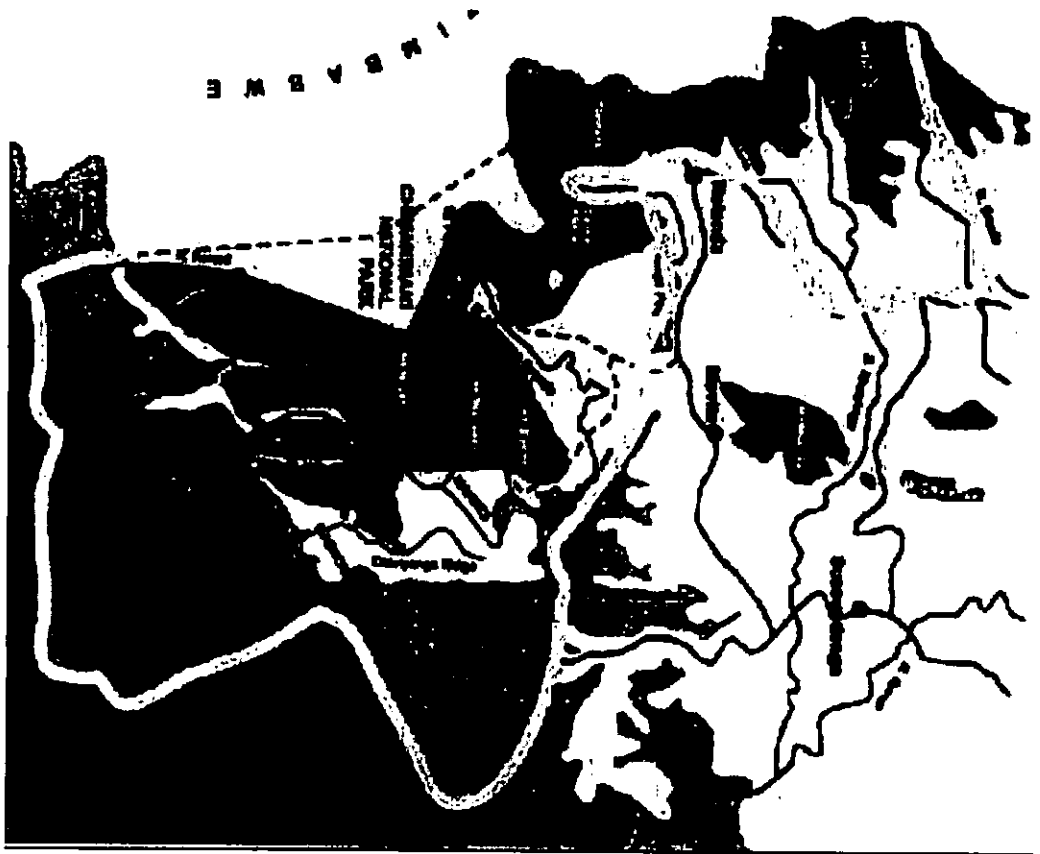
Em Moçambique, estima-se que cerca de 36 milhões de hectares constituem áreas com reconhecido potencial agrícola. Com o estabelecimento do projecto ACTFs

⁸⁷ ARTUR, Domingos do R. Op. Cit., Idem....

⁸⁸ JEREMIAS, Nunes. Participação Comunitária no Projecto CCGRN da Helvetas em Matutuine, Maputo, 1999, p.3.

AREA DE CONSERVACAO TRANSFRONTEIRA DE CHIMANIMANI

LOCALIZACAO



Area Total - 1.756Km².

Norte — Rio Vunza (Tse-tserra)

Sul — Rio Lucite (Zomba).

Este — Rio Mussapa e Regulado de Mupunga.

Oeste — Fronteira com Zimbabwe.

Área Central da Conservação acima de 1 000 metros de Altitude.

espera-se desenvolver um programa integrado de gestão de recursos naturais renováveis e promoção do desenvolvimento sustentável.⁹⁰

A ideia da criação do Projecto ACTF foi oficialmente levantada durante as discussões entre o presidente de Moçambique e o presidente da Fundação para a Natureza da África Austral e discutida pelo conselho de ministros de Moçambique em Julho de 1991.

O trabalho preparatório para a implementação do projecto decorreu em três etapas e, os fundos destinados a preparação do projecto foram disponibilizados em 1991. No final do mesmo ano, a primeira etapa preparatória organizada pela GEF através do Banco Mundial teve como objectivo geral a verificação dos requisitos para a conservação da biodiversidade em geral num país que esteve mergulhado num conflito interno durante muitos anos. Esta etapa consistiu num estudo preliminar das condições necessárias para o estabelecimento de áreas de conservação em regiões fronteiriças que pudessem complementar as actividades em áreas similares dos países vizinhos a saber: o Zimbabwe e a África do Sul. A segunda etapa foi levada a cabo em 1994 e conheceu um importante avanço através da realização de um certo número de estudos, tanto teóricos como de campo.⁹¹ Os estudos de campo centraram-se em três áreas geográficas. A primeira área seleccionada compreende uma grande parte da Província de Maputo, incluindo a já existente reserva dos elefantes. A segunda é uma

⁸⁹ CHIDIAMASSAMBA, Catarina, et .al., Potenciais Iniciais de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais nos Distritos da Província de Manica, Chimoio, 2000, p. 14.

⁹⁰ UICN. Contribuição Para o Aspecto Legal no Âmbito do Projecto Áreas de Conservação Transfronteira, 1995, p. 3.

⁹¹ DNFFB. "Mozambique. Transfrontier Conservation Areas Pilot and Institutional Strengthening Project", 1996, p.5.

vasta região no norte da Província de Gaza adjacente ao Parque Nacional de Kruger na África do Sul e a terceira é uma área muito mais pequena na província de Manica.⁹²

Os estudos de campo constituíram um importante processo de recolha de dados com vista a facilitar os trabalhos da terceira e última etapa, o delinear do projecto.

A terceira etapa e a última realizada em 1996 consistiu na preparação do projecto e compreendeu uma série de workshops, inspecções e consultas nas três ACTFs e a formulação de planos de emergência de gestão.⁹³

A implementação do projecto foi iniciada nos meados 1997 e era muito consistente com o modelo Campfire no Zimbabwe, com maior ênfase no fortalecimento da gestão da biodiversidade pela comunidade local.⁹⁴

O Projecto ACTF resultou da necessidade de conservar a rica biodiversidade moçambicana aliada à elevação da qualidade de vida das comunidades rurais. Para a concretização deste projecto foram feitos estudos ligados à biodiversidade, as condições sócio-económicas das comunidades locais e coordenação intra e inter-governamental. Estes estudos permitiram, por um lado, identificar as áreas com maior potencial biológico onde as condições sociais eram propícias ao desenvolvimento de um empreendimento desta natureza e por outro lado, estabelecer uma cooperação com

⁹² Para o caso da Área de Chimanimani, as oportunidades para o estabelecimento de uma área de conservação num contexto transfronteiriço parecem ser bastante melhores do que as apresentadas pela província de Maputo. A área considerada é relativamente pequena. Tem uma biodiversidade de um valor excepcional e os efeitos da guerra nas faunas bravias parecem ter sido muito menores. As florestas do maciço de Chimanimani já estão a desempenhar funções vitais, quer do ponto de vista ambiental, quer económico para a sobrevivência de populações vizinhas através da prática da agricultura doméstica e utilização directa dos recursos naturais. É contígua ao Parque Nacional de Chimanimani no Zimbabwe, logo as perspectivas de realização de uma zona de conservação parecem bastante boas.

⁹³ DNFFB, Mozambique, op. Cit., p.5

⁹⁴ DNFFB. "Mozambique Transfrontier Conservation Areas and Institutional Strengthening Project", 2000, Maputo, p.2

instituições além fronteira ligadas a áreas de conservação de recursos biológicos e ou desenvolvimento rural.⁹⁵

O Projecto ACTF de Chimanimani foi centralmente concebido pela DNFFB e está sendo implementado localmente pelos SPFFB de Chimoio desde 1996 no distrito de Sussundenga, província de Manica, abarcando a zona à volta da cordilheira de Chimanimani acima dos 1000 metros e estende-se em partes dos territórios da República de Moçambique e da vizinha República do Zimbabwe.

A implementação do projecto só foi possível na base de um entendimento entre os protagonistas do mesmo e as elites locais, isto é, os líderes comunitários. Assim, este entendimento constitui uma alternativa plausível na participação da comunidade nas actividades do projecto como mão-de-obra local. Em muitos casos, os resultados positivos foram obtidos graças a participação destas comunidades que embora inexperientes ou não especializadas nas actividades que lhes foram atribuídas se revelaram capazes.

2. Objectivos e Filosofia do Projecto

Se por um lado, objectivo específico do projecto é de apoiar o governo a criar políticas, premissas, actividades e quadros institucionais para a reabilitação, conservação e gestão dos recursos naturais com vista a melhorar a vida das comunidades que vivem dentro da área de conservação, por outro lado, o objectivo geral do mesmo é de contribuir para a capacitação das comunidades locais de modo a poder participar equitativamente no desenvolvimento do distrito. Este projecto pretende

⁹⁵ Nuvunga, Milagre. Projecto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani, Maputo, 1995, Pp. 5-6

fortalecer os esforços do governo para promover a descentralização e participação comunitária⁹⁶.

A actuação de um projecto numa dada área de intervenção pode ocorrer com sucesso se de certa forma o envolvimento das comunidades locais for participativo, isto é, a liberdade que as comunidades têm para dialogar depende da interacção entre a comunidade e o projecto.

Foi sem duvida este envolvimento da comunidade local principalmente dos líderes comunitários a filosofia adoptada pelo projecto durante a sua implementação. Como sustenta, Hatton (1995): *os líderes comunitários são extremamente firmes e conservam parte importante dos costumes e hábitos do dia-a-dia e tiveram indiscutivelmente um papel muito importante na implementação do projecto...*⁹⁷

Os líderes comunitários têm um poder de decisão incontestável pelas próprias comunidades porque supõe-se que estes têm um vínculo espiritual com os antepassados e são os seus representantes no mundo dos vivos e o desrespeito a estes é também uma forma de desrespeito aos antepassados.

3. Sustentabilidade do Projecto

O projecto é designado para responder à crise pós conflito interno através duma injeção de capital para facilitar um processo a longo prazo de conservação da biodiversidade e desenvolvimento comunitário em Moçambique com ênfase específico em três ACTFs chaves já descritos.⁹⁸

⁹⁶ JEREMIAS, Teodósio Nunes. Participação Comunitária no Projecto CCGRN da Helvetas em Matutuine, 1999, p.12

⁹⁷ HATTON, J.C, et. al.. " Status Quo Assessment of Chimanimani Tranfrontier Conservation Area", 1995, p.6

⁹⁸ Mozambique, Op. Cit., p.12

Em Maio de 1996, iniciaram-se as primeiras negociações com a Fundação Ford para a angariação de fundos para o início das actividades do projecto. Em Outubro do mesmo ano, foram aprovados os primeiros fundos para um período de 2 anos, tendo sido disponibilizados um total de cerca de 350 mil dólares norte-americanos para o período de 1996 a 1999 e 375 mil dólares para o ano de 2000.⁹⁹

Em Junho de 1997, o Projecto recebeu do Banco Mundial 32500 dólares para o período de 1997 a 1999 e cerca de 9700 dólares para o ano de 2000.¹⁰⁰

No ano de 2000, o Projecto beneficiou dos seus parceiros financeiros, a Fundação Ford e o Banco Mundial um total de cerca de 750 mil dólares norte-americanos¹⁰¹.

Assim, a iniciativa Projecto ACTF de Chimanimani tem sido visto como um dos principais meios de improvement da estrutura sócio-económica das comunidades da área de estudo.

A chave principal da sustentabilidade do Projecto está centrada na capacidade de desenvolvimento em todos níveis através do treinamento das comunidades locais tendo em conta as experiências adquiridas em outros projectos do tipo participativo como, o Campfire, no Zimbabwe e o Tchuma Tchato, em Tete. Devido às capacidades e experiências limitadas de gestão racional dos recursos naturais existentes em Moçambique, o Projecto adoptará o modelo participativo que consiste na mobilização de um vasto número de comunidades para o propósito de conservação e gestão dos recursos da área com vista a contribuir para a sustentabilidade e manutenção do habitat

⁹⁹ SPFFB. Relatório Anual das Actividades do Projecto Transfronteira de Chimanimani, Chimoio, 2001, p. 2.

¹⁰⁰ Idem...

¹⁰¹ Fátima. Entrevista de 17-04-02

natural considerado o corredor para as migrações de animais bravios no ecossistema complexo da África Austral.¹⁰²

Este Projecto é uma componente integral do programa de florestas e fauna bravia com o objectivo de proporcionar um ambiente facilitador para o desenvolvimento da comunidade e sector privado e servir de um canal de investimento ao privado e de assistência de desenvolvimento e estabilização em larga escala de áreas de conservação.¹⁰³

4. Actividades do Projecto

No âmbito da implementação do projecto em 1996, iniciaram-se os primeiros contactos com as comunidades de Chimanimani. Numa primeira fase os contactos foram difíceis devido as questões político-administrativas porque era num período do pós-guerra e pós-primeiras eleições gerais e a área estava sob controlo da Renamo e as comunidades conotavam as actividades do projecto como políticas.¹⁰⁴

No ano de 1997, apesar de prevalecerem as questões políticas e depois de várias discussões entre a delegação do Projecto, da Fundação Ford, do CEF e as Comunidades locais representadas pelos Líderes Comunitários começaram a surgir os primeiros sinais de um entendimento para o início das actividades do Projecto.

As comunidades entendiam o significado do Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras como algo semelhante ao Parque Nacional de Chimanimani, no

¹⁰² Ibid...., p.13

¹⁰³ Idem...

¹⁰⁴ Pedro Garicai-Entrevista de 14 - 03 - 02

Zimbabwe, isto é, uma área onde as actividades humanas são rigorosamente controladas.¹⁰⁵

O entendimento favorável só foi possível através de trocas de experiências, isto é, foram seleccionadas algumas pessoas da comunidade para irem ao Tchuma Tchato e outras ao Campfire para verem de perto as actividades destes projectos para melhor entenderem dos objectivos e do impacto destes projectos junto as comunidades locais.

Como nos conta Pedro Garicai, supervisor de campo:

...a primeira actividade realizada pelo projecto foi a mobilização das comunidades como forma de dar a entender os objectivos do projecto na área. O primeiro contacto com as comunidades foi em Mahate onde contactámos o régulo Elias Mahate mas este não foi muito aberto porque nesta zona os mitos são muito fortes e tínhamos que falar com os espíritos para nos dar a permissão se podemos entrar ou não. Tivemos três reuniões com os espíritos e só daí os espíritos autorizaram a nossa entrada na área de Chimanimani, argumentando que este projecto irá melhorar a nossa vida...¹⁰⁶

Em 1998, com os fundos da Fundação Ford e do Banco Mundial iniciaram as primeiras actividades do projecto a saber: Abertura de vias de acesso para o acampamento de Ferreira na área de Chikukwa considerado o coração de Chimanimani.

Segundo Garicai, o início dos trabalhos não foi fácil, tendo em conta, por um lado, os objectivos do projecto e, por outro lado, as prioridades das comunidades porque estas queriam infra-estruturas sociais e económicas a saber: posto de saúde, escola, loja e moageira. Assim, surgiu o primeiro nó de estrangulamento entre a comunidade-projecto. Daí o projecto desviou-se dos seus objectivos iniciais para atender às necessidades das comunidades¹⁰⁷. Até hoje é notório este nó de estrangulamento quando as comunidades clamam pela construção duma ponte sobre o rio Mussapa. Como lamenta, Amosse Bengala, um residente de Gudza:

¹⁰⁵ Hatton, J. "Avaliação Actualizada de Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani". In: Actas do Workshop Sobre a Elaboração de uma Proposta para o Projecto de ACTF de Chimanimani, 1995.p 9.

... quando chove ninguém consegue chegar aqui em Gudza e ninguém vai a Sussundenga ou a Chimoio, mesmo os donos do projecto. Para nós, isso é preocupante porque sentimo-nos abandonados pelo próprio projecto. Estamos a pedir o governo para nos ajudar a construir uma ponte¹⁰⁸...

Outras actividades realizadas pelo projecto destacam-se a abertura da picada que liga Mahate-Zomba e para a zona do monte binga, a instalação das bases de VHF em Zomba e Tse-tserra, a abertura do aceiro na zona de Tse-tserra ao longo da fronteira com o Zimbabwe com vista a protecção de plantação do pinheiro, a abertura de 8 tanques de piscicultura em Moribane e 10 tanques em Tse-tserra e a reabertura da picada que dá acesso a zona dos elefantes em Moribane.¹⁰⁹

As comunidades são integradas nas actividades do projecto como mão-de-obra empregue no fabrico de tijolos e na construção de infra-estruturas sócio-económicas (escola, loja e moageira), participam na fiscalização dos seus recursos e também em pequenas actividades dentro do projecto, por exemplo na recolha de cogumelo na floresta e na feitura de colmeia e a sua colocação em cima das árvores.¹¹⁰

5. Principais Intervenientes

O Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras tem sido desenvolvido pelas ONGs internacionais numa primeira fase com a colaboração das ONGs nacionais e do governo, pois estes últimos são os beneficiários directos do projecto. Por Outro lado, o impacto do projecto é mensurável pela contribuição que estas dão às comunidades locais.¹¹¹

¹⁰⁶ Pedro Garicai. Entrevista de 14-03-02

¹⁰⁷ Idem...

¹⁰⁸ Amosse Bengala. Entrevista de 21-03-02

¹⁰⁹ SPFFB, Op.cit, Pp. 5-6

¹¹⁰ Gil Jaime. Entrevista de 20-04-02

¹¹¹ CARE INTERNACIONAL. Seminário de Consulta Participativa as Comunidades e Instituições das ACTF, 1995, p.9

O projecto foi concebido pelo BM e implementado pela DNFFB e está sendo desenvolvido pelo apoio financeiro da FF e também do BM. No campo as acções do projecto contam com a participação dos SPFFB de Chimoio, de várias ONGs nacionais e outras instituições que funcionam com fundos próprios a saber: a AMRU, a ORAM, o ARPAC, a GESOM, o PAC, o CEF e a IAC.

5.1. Papel dos Intervenientes no Projecto

Associação da Mulher Rural (AMRU) foi fundada em 1991 e reconhecida oficialmente em 1992. É uma organização vocacionada para a implementação de programas envolvendo as mulheres rurais. Entre as várias actividades desenvolvidas pelo AMRU destacam-se a actividade de extensão e formação apícola, fomento pecuário e micro-crédito.¹¹²

Na província de Manica, a AMRU realiza trabalhos em três zonas a saber: Sussundenga-Sede, Munhinga e Tse-tserra. Em finais de 1995 tiveram início os primeiros programas de apicultura nas zonas de Sussundenga e Tse-tserra. No período de 1996-97 foram colhidos cerca de meia tonelada de mel.¹¹³

Outro interveniente é a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) que foi criada em 1992 com o objectivo de ajudar os camponeses especificamente na defesa dos seus direitos elementares a saber: o direito da habitação; posse, uso e aproveitamento da terra.

Na Província de Manica a ORAM iniciou com os seus trabalhos em 1996. Em 1997 a ORAM tomou conhecimento dos preparativos para a implementação do Projecto

¹¹² Ibid., p. 22

¹¹³ Natalia Artur. Entrevista de 13-03-02

Transfronteira de Chimanimani.¹¹⁴ Entre as principais actividades da ORAM destacam-se as seguintes: a mobilização dos camponeses e sua organização em grupos de interesses que possam dialogar com uma só voz com os outros parceiros no âmbito do projecto; criação de associações com vista à utilização racional dos recursos naturais, tendo já iniciado o registo de três associações de apicultores e quatro de agricultores; processo de delimitação de terras; facilitação na formação de comités de gestão; divulgação da lei de terras e de floresta e fauna bravia e a divulgação da questão do género envolvendo não só homens mas também mulheres na gestão dos recursos naturais.¹¹⁵

Arquivo de Património Cultural (ARPAC) iniciou as suas actividades com o projecto em 1996. São tarefas específicas, fazer estudos sobre o perfil sócio-cultural das comunidades situadas dentro da área do projecto; identificar zonas de interesse histórico-cultural com vista a caracterização dos principais usos e costumes das comunidades locais; identificar, descrever e avaliar o valor real (material e espiritual) de importantes lugares, florestas e lagos sagrados com vista ao seu conhecimento; valorização e protecção como património cultural.¹¹⁶ O ARPAC, faz também estudos sobre o papel dos líderes comunitários no uso e aproveitamento da terra; na mediação e resolução de conflitos e a relação entre os Homens e as leis costumeiras que directa ou indirectamente contribuem para a conservação do meio ambiente.¹¹⁷

Grupo de Educação Social de Manica (GESOM) tem como principais actividades a divulgação do conceito do projecto e uso sustentável dos recursos naturais

¹¹⁴ ORAM. Relatório do Projecto de Apoio e Capacitação de Grupos Comunitários de Base na Área de Chimanimani, Chimoio, 2001, pg.2

¹¹⁵ SPFFB. Relatório das Actividades do Projecto Transfronteira de Chimanimani, 2001, pg.3

¹¹⁶ Ibid. pg.4

junto as comunidades locais através de sistemas audiovisuais, recolha fotográfica e o devido arquivo no sistema computarizado.¹¹⁸

Programa de Activistas Culturais (PAC) trabalha na divulgação do conceito e como fazer o uso racional e sustentável dos recursos naturais através da dança e do teatro.

Centro de Experimentação Florestal (CEF) e o Instituto Agrário de Chimoio (IAC) trabalham na investigação e levantamento de plantas medicinais enquadrado no estudo sobre valores sócio-económico dos recursos naturais nomeadamente os florestais.¹¹⁹

5.2. Mecanismos de Articulação dos Intervenientes

Os intervenientes na implementação do Projecto não devem incluir apenas aquelas que estão envolvidas na gestão dos recursos naturais, mas também, organizações responsáveis pela planificação e implementação dos programas de desenvolvimento rural.¹²⁰

A maior parte do projectos de desenvolvimento e conservação normalmente ligados com a gestão dos recursos naturais muitas das vezes fracassam devido a inadequada coordenação e ou interferência na planificação com as estruturas do governo responsáveis dos planos de desenvolvimento rural.

Neste âmbito para a implementação do projecto privilegia-se a articulação dos diferentes intervenientes. Para tal, utilizando altamente as estratégias e mecanismos de



¹¹⁷ Arlindo Simbine- Entrevista de 17-04 - 02

¹¹⁸ SPFFB. Op. cit, idem...

¹¹⁹ . Ibid...p.5

¹²⁰ CARE INTERNACIONAL. Op. cit, p.24.

articulação entre os intervenientes, o projecto terá de identificar, definir e atingir consenso nos direitos e responsabilidades de cada interveniente.¹²¹

Os mecanismos de articulação são assim definidos:

Instituições do Estado

Garantir a formulação de políticas adequadas e coordenadas, fiscalização do uso dos recursos e criação de condições para a realização de actividades do projecto;

ONGs

Providenciar a assistência técnica para o governo e as comunidades locais em certas áreas de desenvolvimento sustentável, reforçar a capacidade de desenvolvimento a nível local assistindo as comunidades rurais;

Comunidades Locais

Participar nas fases de planificação, de utilização dos recursos naturais como veículo para a fiscalização e controlo das queimadas.¹²²

Considerando a situação sócio-económica deprimida das comunidades locais e a fraqueza das instituições do governo, o sector privado é quem tem maior peso na tomada de decisões e joga um papel chave no desenvolvimento das comunidades. O sector privado poderia levar a cabo o desenvolvimento do turismo e deveria colaborar com as comunidades locais para potenciar os empreendimentos privados sem prejuízo dos interesses das comunidades. Mas, até então, o sector privado ainda não deu o seu contributo nas acções do projecto ou melhor ainda não é actor interveniente devido a difícil situação sócio-económica da área agravada pela falta de vias de transporte, tornando muito dispendioso para o sector privado.

¹²¹ Ibid...p.26

¹²² Ibid... p.27

O peso dos intervenientes na tomada de decisões não é proporcional porque cada um tem as suas responsabilidades dentro do projecto e o maior beneficio recai para as comunidades locais.

Foi provavelmente o facto de a implementação do projecto ter se adequado as necessidades e interesses das comunidades locais na construção de infra-estruturas sócio-económicas como escola, loja e moageira que tem sobrevivido até então, como um projecto de um certo impacto junto das comunidades envolvidas, assunto que é tratado no capítulo que se segue.

Capítulo V. Impacto Sócio-Eonómico do Projecto junto às Comunidades Locais.

Fazer a avaliação do impacto de um projecto do tipo participativo, como é, o caso deste, não é um exercício fácil e, torna-se ainda mais complexa quando o projecto não integra as comunidades locais neste processo.

Segundo Chilundo, qualquer projecto de desenvolvimento pressupõe um determinado impacto que pode ser negativo ou positivo dependendo da envergadura do projecto, tendo em conta a sua concepção, planificação e implementação¹²³.

Tendo em conta que, Moçambique é um país eminentemente rural onde a maioria da população vive na área rural, servindo-se dos recursos naturais para a sua sobrevivência, pressupõe-se que este projecto terá um impacto junto às comunidades locais através da gestão sustentável dos mesmos como forma de promover um desenvolvimento integrado, equitativo e sustentável das próprias comunidades.¹²⁴

Com este capítulo, pretende-se compreender melhor o impacto das actividades do projecto na melhoria das condições sócio-económicas das comunidades locais.

O Projecto ACTF's enquadra-se dentro da política de desenvolvimento rural¹²⁵, esperando-se, no entanto, com este projecto desenvolver um programa integrado de gestão dos recursos naturais renováveis e promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

¹²³ Chilundo. Op.Cit, p.20

¹²⁴ Savana, 21/09/2001, p.2

¹²⁵ Para Chambers (1995:156), Desenvolvimento Rural é uma estratégia que visa melhorar a vida sócio-económica das comunidades rurais através duma extensão dos benefícios do desenvolvimento aos mais pobres de entre aqueles que procuram meios de subsistência nas áreas rurais, isto implica, ajudarem-se os mais pobres a terem uma maior exigência e controlo sobre os benefícios do desenvolvimento. Por isso, os

1. Gestão dos Recursos Naturais antes da Implementação do Projecto Transfronteira de Chimanimani

A natureza constitui um factor importante para o bem estar do Homem devido aos bens que oferece. Dada a sua importância, e ao facto de, a maior parte dos recursos serem escassos, eles devem ser bem geridos, de modo que as gerações futuras não sejam prejudicadas.¹²⁶

Smith citado por Mushove defende que, a organização comunitária é o factor chave para a gestão sustentável dos recursos naturais com vista ao desenvolvimento comunitário¹²⁷. Por outro lado, Mushove sustenta que por inferência, as comunidades devem ser organizadas para facilitar a intervenção dos agentes facilitadores nos programas do desenvolvimento comunitário¹²⁸.

Em Moçambique, o conceito gestão sustentável dos recursos naturais surgiu mais ou menos nos meados da década 90, no âmbito da democratização do sistema político depois do Acordo Geral de Paz de 1992 e das eleições legislativas e presidenciais de 1994.¹²⁹

programas de desenvolvimento rural devem ser realizados com acções concretas como uma estratégia de combate a pobreza rural.

¹²⁶ José, Ricardo Maria. *Uso de Recursos Naturais Para a Sobrevivência das Famílias*. FAEF.UEM, Maputo, 2000, p.1.

¹²⁷ Para CANCELAS, A. (1965/6 : 124), desenvolvimento comunitário é um conjunto de métodos pelos quais os habitantes dum país unem os seus esforços aos poderes públicos em vista a melhorar a situação económica, social e cultural das comunidades enquanto que, MUSHOVE, P (1998 : 163), considera de desenvolvimento comunitário um "paradigma" pressupondo no seu entender, a participação activa e informada da comunidade local no desempenho de actividades consideradas de interesse comum dentro da comunidade. Em conclusão, embora haja uma diversidade de definições que se têm dado, parecem-nos, contudo, serem todas coincidentes principalmente no que diz respeito ,a promoção das comunidades em vista a realização de um bem comum, o desenvolvimento sustentável.

¹²⁸ MUSHOVE, P. "A Organização Comunitária: Factor Chave Para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais", Maputo, 1998, p.163.

¹²⁹ ANSTEY, S. "Necessarily Vague. The Political Economy of Community Conservation in Mozambique", S/L, s/d, p.79.

A Cimeira de Terra realizada em Janeiro de 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), a qual é conhecida como a Cimeira do Rio, estimulou a implementação crescente de projectos de gestão sustentável de recursos naturais como a melhor forma do alívio da pobreza, destacando a importância das comunidades na necessidade de conservar o ambiente para poderem aumentar os seus rendimentos.¹³⁰

Neste sentido, os esforços empreendidos por Moçambique, incluem a implementação de um número de projectos transfronteiras no âmbito da gestão dos problemas ecológicos da região da SADC.

Assim, o Projecto ACTF's é um dos exemplos dos vários projectos de integração das comunidades na planificação, implementação e monitoramento dos recursos naturais em particular nos florestais e faunísticos.¹³¹

Neste contexto e em prol do envolvimento comunitário na gestão e planificação da utilização dos recursos naturais, a Política e Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Faunísticos da DNFFB aprovada em 1996 dá mais ênfase aos aspectos comunitários.¹³²

A prática da agricultura de subsistência de pequena escala, " machambas" provoca anualmente a degradação dos recursos naturais através do corte e queima de florestas intactas perigando a biodiversidade da área.

Antes da intervenção do projecto não se fazia nenhuma gestão dos recursos naturais na área e cada qual explorava-os de acordo com a sua capacidade. Os

¹³⁰ Notícias, 10/10/2001, p.3

¹³¹ MACUCULE, A. & MANGUE, P. Necessidades de Investigação em Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia, Maputo, 1998, Pp.1 e 2.

¹³² ZOLHO, R. "Princípios de Maneio e Desenvolvimento da Área Tampão do Parque Nacional de Gorongosa", Maputo, 1998, p.199.

camponeses obtêm pouco ou nenhum benefício comercial da venda destes recursos naturais.¹³³

Os líderes comunitários mantêm o seu papel no controle das formas de utilização dos recursos, atribuição da terra e no comprimento das práticas tradicionais de gestão.¹³⁴

No caso de Chimanimani, os mitos, tabus e ritos constituem as principais práticas que regulam o quotidiano das comunidades. Simbine, Citando Eliade afirma que, “*o mito é vivo nas comunidades rurais africanas pois fornece modelos para a conduta humana conferindo um significado e valor a existência dos seres vivos*”.¹³⁵

As florestas sagradas constituem a mais importante instituição tradicional que contribuem numa forma eficaz para a conservação da biodiversidade. Tendo em conta, a função espiritual, mística e política é necessário acreditar no papel destas florestas, mas isso, não é um pré-requisito para a incorporação das mesmas nos programas de gestão e conservação.¹³⁶

Hoje em dia, as florestas sagradas ganharam um reconhecimento internacional através da declaração da UNESCO sobre a Diversidade Biológica e a Integridade Cultural dos Locais Sagrados que reconhece estas como importantes reservatórios para a biodiversidade. Também a Convenção da Diversidade Biológica declara que as florestas e a diversidade biológica das florestas joga um papel económico, social e cultural importante na vida de muitas comunidades rurais.¹³⁷

¹³³ HATTON, J.C. Op.Cit., p.20

¹³⁴ HATTON, J.C. Op. Cit, idem...

¹³⁵ Ibid..., p. 4.

¹³⁶ NUMMELIN, M & VIRTANEN, P. Local Forest Management by Traditional and Introduced Means in Southern Africa, Finland, 2000, p.220.

¹³⁷ Ibid..., P. 225.

Como foi dito no capítulo II, cada mambo delega autoridade sobre parcelas de terra, os seus recursos e pessoas, por uma série de masabukhu. Arone Mandiga conta-nos o seguinte:

*... quando um estrangeiro quiser entrar na área para viver e fazer machambas ele é dirigido ao mambo ou masabukhu para pedir a terra. Depois ele é convidado a seleccionar um pedaço de terra, mas é informado da área que não pode usar porque são florestas sagradas. Tendo escolhido o lugar, o visitante é levado ao muwiya para fazer a cerimónia de sua apresentação aos espíritos da área...*¹³⁸

Existe um senso comum no qual a terra e recursos continuarão a ser “propriedades” do sabukhu e do mambo. Ambos têm terras e recursos directamente na sua responsabilidade como donos.

Assim, os líderes comunitários têm um importante papel em qualquer forma de gestão sustentável dos recursos naturais. Em adição, a cultura e tradição das comunidades de Chimanimani têm vantagens de grande valor na vida emocional de cada geração e em regular os seus relacionamentos com o ambiente. A probabilidade maior da gestão ser sustentável, existe quando os beneficiários primários são as comunidades locais.

2. Impacto do Conflito Civil Sobre O sistema Local de Gestão dos Recursos Naturais.

A guerra de libertação de Moçambique teve um impacto relativamente menor em Chimanimani, mas teve grandes mudanças no uso da terra, tendo sido nacionalizada e passado a propriedade do Estado Moçambicano. Após a independência em 1975 existiam grandes expectativas de que Moçambique poderia atingir um desenvolvimento

¹³⁸ Arone Mandiga. Entrevista de 21/03/2002

social e económico sustentável. De facto, nos primeiros anos após a independência ocorreram alguns avanços significativos.¹³⁹

Infelizmente, a independência de Moçambique foi seguida rapidamente pelo conflito interno entre o Governo da Frelimo e a Renamo, de 1977 a 1992. A área de Chimanimani foi fortemente afectada por este conflito. O Sul de Chimanimani, particularmente na área do Dombe, foi um centro importante da Renamo. A guerra ajudou a destruição alargada de infra-estruturas, a queda da administração da Frelimo e o colapso da economia rural.¹⁴⁰

A guerra civil destruiu os bens das comunidades, dizimou animais, muita gente morreu, muitos recursos naturais foram destruídos principalmente as florestas e a fauna. A Frelimo evacuou as populações para a aldeia de Rotanda próximo do seu quartel.¹⁴¹

A estrutura tradicional foi totalmente distorcida, uma vez que muitos residentes de Chimanimani refugiaram-se no Zimbabwe ou foram fortemente substituídos durante o conflito. Assim, o impacto do conflito no sistema local de gestão dos recursos naturais foi maior, tendo em conta o grau de destruição que esta causou a nível económico, ecológico e sócio-político.

Com o fim do conflito em 1992, têm sido dispendidos grandes esforços para a recuperação de infra-estruturas sócio-económicas, dos santuários da fauna bravia que oferecerão novas oportunidades para a conservação da biodiversidade e promoção do turismo.¹⁴²

¹³⁹ MICOA. Primeiro Relatório Nacional Sobre a Conservação da Biodiversidade em Moçambique, Maputo, 1997, p.1.

¹⁴⁰ CONCEPTUAL PLAN FOR THE ESTABLISHMENT OF THE CTFCA, op. cit., pg.16.

¹⁴¹ Simone Meque Chimerera; John Wilson Nhaedzi e Taizuona Sawana Gudza. Entrevistas de 18/03/2002; 20/03/2002 e 21/03/2002.

¹⁴² MICOA, Op,Cit..., p.2

3. Implicações das Práticas Agrícolas Sobre o Meio Ambiente: O caso da queimadas

As queimadas constituem uma das principais práticas agrícolas para as comunidades da área deste estudo. Com o domínio da técnica do fogo, embora os incêndios possam ser originados pelos relâmpagos, nos dias de hoje as queimadas são provocadas pelos seres humanos que usam o fogo numa tentativa de aumentar a fertilidade do solo com vista a proporcionar uma boa campanha agrícola.¹⁴³

Com a prática das queimadas pode-se encontrar vantagens e desvantagens, portanto a sua utilização está dependente da conjugação dos prejuízos e dos benefícios. Por exemplo, as queimadas descontroladas para além de endurecer e calcinar a terra figuram entre os principais inimigos da agricultura porque reduzem as colheitas.¹⁴⁴ Assim, as implicações das queimadas sobre o meio ambiente resumem-se nos seguintes aspectos:

- endurece e calcina a terra, que a partir de então absorve muito lentamente ou quase nenhuma água da chuva que passa e arrasta a pouca terra fina da superfície;
- as encostas cuja a vegetação é destruída pelas queimadas ficam com a superfície "nua" e compacta, exposta a acção erosiva da água das chuvas, o húmus é queimado pelo raios solares;
- a consequência desastrosa é o empobrecimento dos solos, piorando o rendimento agrícola e aumentando mais a pobreza¹⁴⁵.

¹⁴³ NHALUNGO, D. A. Maneio de Pastagens Naturais pelo Sector Familiar no Distrito de Guvuro, UEM, Maputo, 2001, p.38.

¹⁴⁴ Exposição Feira de Chimoio, 2 a 17 de Setembro, 1972, Vila Pery, p.28.

¹⁴⁵ NOVO MOÇAMBIENTE: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Maputo, 1999, p.21.

O meio ambiente tem vindo, desde há recuados tempos a ser alterado pelo Homem devido ao uso indiscriminado das queimadas que a manter-se na sua agressividade actual, poderá levar a uma situação irremediável de comprometer a própria existência da humanidade. Perante semelhante perspectiva não resta agora ao Homem outra alternativa que não seja a de instaurar e garantir os princípios conducentes a valorização e utilização racional das queimadas, tendo em conta que, a estabilidade do meio ambiente natural e da sua qualidade a um nível compatível com a satisfação das necessidades das comunidades tem assegurado a cada Homem o direito de desfrutar os benefícios que o meio ambiente oferece.¹⁴⁶

Em Chimanimani é notória a prática de queimadas indiscriminadas que noite e dia fustigam a área, destruindo florestas e espécies animais protegidas. Aqui a prática das queimadas são encorajadas por hábito das comunidades locais ligados a prática da agricultura. O combate a esta prática é de difícil solução, o que passa necessariamente pela mudança de mentalidades de pessoas que usam a prática de queimadas na agricultura. Por isso são necessárias acções concretas no sentido de se combater a prática de queimadas na agricultura que passam pela tomada de medidas punitivas contra os autores, como por exemplo a detenção.¹⁴⁷

As queimadas descontroladas têm um impacto muito negativo para o sistema ecológico e a para a agricultura porque reduzem os factores de produtividade agravando-se os problemas de fertilidade pela cultura sem método e constituem um dos factores que concorrem para a ausência de um desenvolvimento sustentável¹⁴⁸.

¹⁴⁶ *ibid.*..., p.30.

¹⁴⁷ Notícias, 19/10/2001, p.2

4. Impacto do Projecto

Este subcapítulo avalia muito em breve o impacto do projecto em três níveis, a saber: na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, na preservação e conservação da biodiversidade da área e no desenvolvimento do turismo.

4.1. A Nível da Melhoria da Qualidade de Vida

A melhoria do nível da qualidade de vida das comunidades da área em estudo constitui um dos objectivos do projecto. Para tal, a avaliação do impacto deste projecto a este nível passa necessariamente por analisar alguns indicadores, nomeadamente: o emprego, acesso a saúde e educação considerados como indicadores indispensáveis para o alívio a pobreza absoluta que graça cerca de 70 % da população moçambicana.¹⁴⁹

As perspectivas de um impulso favorável ao melhoramento da qualidade de vida destas comunidades são sombrias, principalmente quando olhámos para aquilo que foram as actividades do projecto até a esta fase do seu terminus¹⁵⁰.

Segundo Mole, um projecto de alívio a pobreza só tem impacto positivo numa determinada comunidade caso sejam criadas oportunidades de emprego como forma de aumentar o seu rendimento. Mole defende que, o aumento do rendimento numa comunidade passa necessariamente pela expansão do emprego¹⁵¹.

Green citado por Mole (1994) argumenta que, em Moçambique a persistência da pobreza é inevitável caso o governo não tome medidas adequadas que se circunscreve

¹⁴⁸ NOVOMOÇAMBIENTE, Op. . Cit., idem..

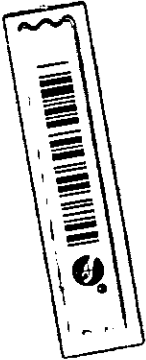
¹⁴⁹ Estes dados percentuais da população que vive abaixo da linha da pobreza absoluta foram divulgados pelo governo após a avaliação do impacto do PARPA, Programa para a Redução da Pobreza Absoluta, iniciado em 2001 abrangindo as áreas da saúde, educação e economia. In: Noticiário das 10:00 horas de Moçambique da RDP-frica.

¹⁵⁰ Tendo em conta que este projecto foi concebido para cinco anos com início em 1997 e fim 2002.

¹⁵¹ MOLE, Paulo N. " O Impacto Social do Programa de Ajustamento Económico", Maputo, 1994, p.160

nos aumentos dos salários reais dos mais pobres¹⁵². Atentemo-nos a este extracto de Addison e Demerey, citado por Mole:

*... um programa de alívio à pobreza teria que tomar em consideração os meios de incremento dos rendimentos das camadas pobres, através dos retornos dos activos que as famílias pobres detêm, do acesso a activos produtivos, manutenção do capital humano e aumento do rendimento e transferências para o consumo...*¹⁵³



Na área deste estudo, a grande maioria da comunidade possui como única fonte de rendimento a sua própria força de trabalho visto que as oportunidades de emprego são inexistentes. O emprego é um dos indicadores económicos da melhoria da qualidade de vida enquanto que, estar desempregado pelo contrário provoca a degradação da qualidade de vida.

Chimanimani é um exemplo de degradação da qualidade de vida e apresenta um elevado número de casos de desemprego. As comunidades são mais susceptíveis de se situarem abaixo da linha da pobreza. Segundo Chamber, a pobreza contribui para a fraqueza física através de falta de comida, má nutrição que leva a baixas respostas imunitárias as infecções, contribui também para a impotência porque a falta de riqueza determina um baixo estatuto social¹⁵⁴.

O acesso a saúde é uma das principais aspirações dos indivíduos, por isso, constitui um bom indicador da melhoria da qualidade de vida. Por conseguinte, a saúde ainda precisa de ser encarada como um investimento produtivo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta visão requer que o projecto faça mais actividades ligadas a saúde porque contribui para o bem estar das comunidades, sendo lhe atribuído um papel de destaque na organização dos factores que permitem o desenvolvimento da

¹⁵² Idem...

¹⁵³ Idem...

¹⁵⁴ CHAMBERS, Robert. Desenvolvimento Rural: Fazer dos Últimos os Primeiros, Luanda, 1995, p.123

capacidade da mãe de assegurar a sobrevivência da criança e por conseguinte da nova geração.¹⁵⁵

Actualmente, não existem dúvidas de que o desenvolvimento dos serviços de educação se traduzem na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Por isso, é necessário que se faça muito trabalho nesta área para o combate ao analfabetismo (inimigo do desenvolvimento), estabelecendo a educação e a formação profissional como a prioridade da prioridade. É com a educação que se processa uma organização social e política mais eficaz, um maior grau de desenvolvimento económico duma comunidade e receitas per capita mais elevadas.¹⁵⁶

Tendo em conta estes três indicadores, conclui-se que, apesar dos esforços do projecto em construir uma escola para se leccionar o ensino informal, a falta de um posto de saúde para estas comunidades e a falta de oportunidades de emprego muito ainda está por ser feito para que a qualidade de vida destas comunidades seja das melhores.

4.2. A Nível da Preservação e Conservação da Biodiversidade

Em Moçambique, cresce a consciência sobre a preservação e conservação da biodiversidade como factor fundamental da melhoria da qualidade de vida do ser humano.

Nas últimas décadas, o Homem tem tratado tão mal o ambiente que o rodeia e lhe garante a satisfação das necessidades básicas. Como sustenta Macuácuá:

... o homem tem sempre competido com a natureza para alimentar-se. A interferência humana através da agricultura altera a paisagem natural favorecendo a algumas espécies à custa de outras e destorcendo os ecossistemas para satisfazer suas necessidades humanas. Como pode esperar-se que uma comunidade esfomeada vá

¹⁵⁵ Ibidem..., p.169

¹⁵⁶ INE. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Maputo, 1999, p.1.

*proteger os recursos naturais e o ambiente e a preocupar-se do bem estar das gerações futuras quando está em jogo a sobrevivência imediata...*¹⁵⁷

Macuácu defende que o uso adequado de recursos se conjuga com uma produção elevada e sustentável, vida segura, segurança alimentar, equidade, estabilidade social e participação da comunidade no processo geral de desenvolvimento.¹⁵⁸

Por conseguinte, a protecção da floresta e da fauna, a gestão correcta dos recursos naturais são alguns dos aspectos que estão na agenda do projecto transfronteira de Chimanimani.

Uma das estratégias adoptadas pelo projecto para a preservação e conservação da biodiversidade da área foi a criação de agentes comunitários, estes têm a função de garantir o controle efectivo das formas do uso e acesso sobre os recursos naturais e protecção dos habitats e consciencialização das comunidades sobre várias questões ambientais.

Em Chimanimani, existem 25 agentes comunitários, divididos por cinco áreas (Zomba, Moribane¹⁵⁹, Nhaedzi, Mahate e Tse-Tserra). Estes participaram num curso de 5 semanas no PNac.da Gorongosa e em seminários de divulgação da Lei de FFB e de Terras. Cada área possui um Comité de Gestão, que é responsável pelos agentes comunitários e pela planificação das suas actividades.¹⁶⁰ O comité de gestão é o agente intermediário entre a comunidade e o projecto, isto é, constitui o canal por onde passam as preocupações das comunidades para com o projecto.

¹⁵⁷ MACUÁCUA, Adriano A. "Co-Gestão: Uma Nova Abordagem na Gestão dos Recursos Naturais." INIA, Maputo, 2001, p. 1.

¹⁵⁸ Ibidem..., p.2

¹⁵⁹ Moribane apesar de ser uma reserva é notória a devastação de florestas e o abate de elefantes por desconhecidos por falta de fiscais suficientes para controlarem toda a reserva.

A Lei de FFB e as regras costumeiras em função da gravidade da infracção são os instrumentos legais utilizados pelos agentes comunitários e, estes identificam-se fardados, mas sem posse de armas. Pedro Garicai, supervisor do Campo, sustenta:

*... a preservação da natureza não passa necessariamente por alguém dar algum instrumento, mas sim, pelos cuidados que a comunidade deve ter com os recursos existentes a sua volta. O projecto concentrou as suas actividades na mobilização das comunidades para não fazer, a devastação das florestas e de animais. Também é necessário que haja fiscais, para tal, é preciso que haja equipamento como armas para a sua autodefesa contra os caçadores furtivos...*¹⁶¹

A ideia da preservação constitui uma tentativa de impedir a degradação da floresta. Para tal, o projecto deve promover pequenas actividades económicas preferivelmente as baseadas nos recursos naturais principalmente da fauna bravia da área como meio de aumentar os níveis de rendimentos das comunidades locais. A viabilidade de comercialização, incluindo a rede de comércio e transporte será um pré-requisito para a preservação e conservação da biodiversidade.

Dada a importância dos recursos naturais, o homem tem vivido em constante luta contra a natureza, para a sua sobrevivência. Esta luta tem resultado num risco iminente que se traduz na perda da diversidade biológica¹⁶² e esgotamento dos recursos naturais.

Desde 1996, que o projecto decorre, investe milhões de dólares para a conservação da parte moçambicana de Chimanimani, que coincidentemente é donde originou o nome do projecto. Apesar destes fundos a área apresenta-se obsoleta e mal conservada. Como sustentou, Fernando Sumbana, Ministro do Turismo na sua primeira visita a Chimanimani:

¹⁶⁰ MAGANE, Samiro & BANZE, Castelo (eds). "Memórias do Seminário Nacional para Intercâmbio de Experiências entre Agentes Comunitários de Conservação", Maputo, 2001, p.12

¹⁶¹ Pedro Garicai. Entrevista de 25-03-02

¹⁶² A diversidade biológica de Chimanimani é constituída por espécies endémicas, beleza paisagística única constituída por ecossistemas de montanha (acima de 1000 metros) e de planícies. As montanhas são multicolores (algumas), das quais com pedras sobrepostas e que se dispõem como que

*...para Moçambique tirar proveito e fazer diferença no uso da reserva transfronteiriça, tem de investir especialmente no sector de estradas e de unidades turísticas para atendimento dos utentes. As comunidades locais e as instituições integradas na promoção ambiental e turística de Chimanimani devem proteger e conservar os recursos naturais que actualmente incorpora, por forma a que venham a servir as gerações vindouras, se hoje temos isto tudo assim como está foi graças a boa conservação que os nossos antepassados deram aos recursos naturais...*¹⁶³

O projecto ACTFC encontra-se na sua ponta final, apesar do trabalho já realizado, manchado por uma exclusão notória dos actores interessados, particularmente as comunidades locais, os objectivos traçados por este projecto não foram ainda alcançados na totalidade, reclamando maior mobilização, consertação e consensos; pois, queimadas descontroladas e caçadas indiscriminadas, protagonizadas por pessoas das comunidades locais ainda ocorrem nos moldes costumeiros em prejuízo das áreas pretendidas de reserva biológica, aparentemente por não terem sido, oportuna e suficientemente, usadas metodologias participativas no processo que firmou o projecto¹⁶⁴.

4.3. A Nível do Desenvolvimento do Turismo

O Projecto Transfronteira de Chimanimani está na sua derradeira fase sem impactos muito visíveis na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, pretende-se, depois de introduzidas as devidas correcções, utilizar as suas experiências e parte do seu pessoal para reforçar a ideia de utilizar as potencialidades existentes à volta da área para protegê-la, contando com o concurso das comunidades locais e demais actores para levar a cabo acções concretas, no sentido de se implantar e implementar actividades visando o Turismo Cultural.¹⁶⁵

artificialmente projectadas desfilam no horizonte infinito, formando uma espécie de "cidade" cujos os prédios são as montanhas e os ris que as dividem são as estradas.

¹⁶³ Fernando Sumbana. Entrevista de 24-03-02

¹⁶⁴ Cremildo Rungo. Entrevista de 20-04-02

¹⁶⁵ Pedro Garicai. Entrevista de 18-04-02

Dentro da mesma visão existe uma iniciativa para a criação duma Reserva Nacional designada “Nhaka Yedu”¹⁶⁶ para a consolidação da província de Manica como um destino turístico, representando por outro lado, a implementação do Protocolo de Fauna Bravia e aplicação da lei da SADC, rubricado em Maputo em 1999, bem como da política de FFB de Moçambique, sendo uma oportunidade ímpar e soberana para a protecção da biodiversidade e para o desenvolvimento do ecoturismo¹⁶⁷, complementando as outras facilidades turísticas existentes nas províncias costeiras.¹⁶⁸

Chimanimani oferece oportunidades de desenvolvimento de turismo competitivo que pode proporcionar as comunidades locais melhores condições sócio-económicas através da implementação de infra-estruturas tais como: estradas e pontes, desenvolvimento da rede comercial, postos fronteiriços, energia e comunicação, bem como a criação de mais postos de emprego.¹⁶⁹

A área deste estudo é um destino turístico invejável, mas deveras adormecido e desconhecido no interior do distrito de Sussundenga, em Manica, cujo seu aproveitamento dependerá das estratégias apropriadas que forem traçadas.

A riqueza histórico-cultural, as quedas, as cavernas, as pinturas rupestres, as lagoas, as cascatas e cataratas e os mitos sobre alguns rios, tornam Chimanimani não apenas uma área de conservação de recursos naturais, mas também uma fonte de geração de rendimentos através do turismo cultural¹⁷⁰.

¹⁶⁶ “Nhaka Yedu”- palavras da língua shona que traduzidas para o português significam a “Nossa Riqueza”.

¹⁶⁷ Ecoturismo- todas as formas de turismo baseadas na paisagem onde a motivação principal dos turistas é a observação e apreciação da paisagem assim como as culturas tradicionais existentes numa determinada área.

¹⁶⁸ Notícias de 19-10-01, p.2.

¹⁶⁹ Notícias de 29-10-01, p.3

¹⁷⁰ Arlindo Simbine. Entrevista de 16-04-02

O desenvolvimento do turismo é uma das estratégias do projecto com vista a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. O turismo cultural que é a aposta do projecto será implementado numa fase piloto, com uma duração prevista para 5 anos. Como sustenta Pedro Garicai:

... neste momento a Fundação Ford, o nosso principal financiador está a realizar uma consultoria para ver até que ponto o dinheiro doado foi utilizado e a disponibilidade da Fundação Ford em financiar as actividades do projecto está condicionado ao relatório do projecto. Para tal, não se sabe se este parceiro financeiro vai continuar a financiar. Neste momento estamos a tentar internamente com algumas ONGs e actualmente estamos a trabalhar com a GTZ-Rede e a RDPI, organizações interessadas na implementação do turismo na área...¹⁷¹

As principais actividades turísticas consistirão em caminhadas longas, incluindo acampar em locais remotos e cavernas, escaladas de rochas e montanhas e o turismo cultural inclui visitas a aldeias, trabalho artesanal e drama, explicação da tradição entre outros.

A actividade turística é o sector com maior expansão e mais alta taxa de crescimento a nível mundial com reflexos na região e em Moçambique. Por um lado, esta actividade tem de ser mais do que gerador de divisas para o país, por outro lado, deve ser um catalisador de desenvolvimento para as comunidades locais, não apenas fornecendo mão-de-obra, mas também fornecendo outros bens e serviços e participarem na gestão dos recursos a ser utilizados¹⁷².

Para que a área de Chimanimani seja um destino turístico bem conhecido como a além fronteira, isto é, do lado zimbabweano e frequentemente visitado, é necessário que haja o envolvimento de todos os intervenientes a saber: sector público, sector privado, comunidades, associações, investidores e agências turísticas na criação de condições

¹⁷¹ Pedro Garicai. Entrevista de 18-04-02

¹⁷² NOVOMOÇAMBIENTE, Op.Cit, pg.16

sócio-económicas principalmente estradas e pontes, energia eléctrica, água canalizada, estabelecimentos comerciais entre outras.

VI. Considerações Finais

Os projectos de desenvolvimento e conservação normalmente ligados com a gestão dos recursos naturais muitas vezes fracassam devido a inadequada coordenação e, ou interferência na planificação com as estruturas do governo responsáveis pelos planos de desenvolvimento rural. A maior parte destes são concebidos pelos doadores e apenas aprovados pelo governo. Hoje em dia os doadores têm projectos dispersos sem ligação entre si e sem coordenação. Por isso, o governo deve conceber projectos com base nas necessidades das comunidades rurais e obrigar os doadores a aprovar.

As comunidades devem participar activamente nas actividades do projecto visto que a integração constitui a chave fundamental para o sucesso dos projectos de desenvolvimento mais participativos.

A pesar das actividades já realizadas pelo Projecto Transfronteira de Chimanimani, o impacto deste não foi muito visível para as comunidades porque os seus objectivos foram dificilmente alcançados. Pode se afirmar que, o projecto está perante uma crise devido as seguintes razões:

A falta de clareza ao nível da concepção, planificação e por consequência na sua implementação;

As contradições não resolvidas entre os desejos das comunidades e os objectivos do projecto;

A falta de rentabilidade económica, isto é, não foram criadas oportunidades de emprego para as comunidades locais.

Apesar de algumas melhorias no nível da qualidade de vida das comunidades locais, porque estas passaram a beneficiar de um loja, uma moageira e um posto de saúde, há ainda, a necessidade de uma redefinição da estratégia a utilizar pelo projecto

para o futuro. Para tal, é necessário que se criem condições em infra-estruturas sócio-económicas com vista a promoção de actividades de investigação, turísticas e de geração de rendimentos por parte das próprias comunidades, dos visitantes, dos turistas entre outros como forma de atrair investimentos para o bem das comunidades.

Fontes

a) Fontes de Arquivo

a.1. Arquivo do Projecto Transfronteira de Chimanimani, Chimoio

Documentos

“Conceptual Plan for the Establishment of the Chimanimani Transfrontier Conservation Area Between Mozambique and Zimbabwe”, Harare, s/d.

DNFFB. “Mozambique Transfrontier Conservation Area Pilot and Institutional Strengthening Project”, Maputo, 1996.

DNFFB. “Mozambique Transfrontier Conservation Area and Institutional Strengthening”: Mid Term. Review Mission, Maputo, 2000.

Relatórios

SPFFB. Relatório de Progresso do Projecto, Chimoio, Novembro, 1998.

SPFFB. Relatório Annual das Actividades do Projecto Transfronteira de Chimanimani, Chimoio, Março, 2001.

ORAM. Relatório do Projecto de Apoio e Capacitação de Grupos Comunitários de Base na Área de Chimanimani, Chimoio, 2001.

b) Jornais

Savana

21-09-2001

Notícias

10-10-2001

19-10-2001

29-10-2001

c) Periódicos

Exposição Feira de Chimoio, Vila Pery, 2 a 17 de Setembro de 1972.

NovoMoçambique: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Maputo, Abril / Maio, 1999.

d) Entrevistas

Entrevista com Elias Mahate e Simone Meque Chimerera, Mahate, 18 de Março de 2002

Entrevista com Alberto Caetano, Nhaedzi, 18 de Março de 2002

Entrevista com Natália Artur, Chimoio 13 de Março de 2002

Entrevista com Pedro Garicai, Chimoio 14 de Março e 20 de Abril; Nhaedzi, 24 de Março e 18 de Abril de 2002
Entrevista com Gil Jaime, Zomba 20 de Abril de 2002
Entrevista com António Joaquim, Aleckman Aga e Deniasse Chizicane, Nhaedzi, 22 de Março de 2002
Entrevista com Arlindo Simbine, Tom Durang e Fátima, Chimoio, 17 de Abril de 2002
Entrevista com Bofana, Mapombere, 22 de Março de 2002
Entrevista com Cremildo Rungo e António Cônsul, Chimoio, 20 de Abril de 2002
Entrevista com Fernando Sumbana, Nhaedzi, 24 de Março de 2002
Entrevista com Taizwana Sawana Gudza, Arone Mandiga e Amosse Bengala, Gudza, 21 de Março de 2002
Entrevista com John Wilson Nhaedzi, Nhaedzi, 20 de Março de 2002
Entrevista com Essanate Massocha, Mapombere, 23 de Março de 2002
Entrevista com Jamisse Malicadzi Mwawasseni, Gudza, 05 de Abril de 2002
Entrevista com Viega Mapozemaziane, Gudza, 23 de Março de 2002
Entrevista com Mandawa Wilson Nhaedzi, Nhaedzi, 23 de Março de 2002
Entrevista com Margarete Xavier, Gudza, 12 de Abril de 2002

e) Teses

CANCELAS, Alexandre. A Terra e o Desenvolvimento Comunitário em Moçambique. Tese de Dissertação, Lisboa, 1966.

JEREMIAS, Nunes. Participação Comunitária no Projecto CCGRN da Helvetas em Matutuine. Tese de Licenciatura. FAEF. UEM, Maputo, 1999.

JOSÉ, Ricardo M. Uso de Recursos Naturais para a Sobrevivência das Famílias. Tese de Licenciatura. FAEF. UEM, Maputo, 2000.

NHANLUGO, D A. Maneio de Pastagens pelo Sector Familiar no Distrito de Guvuro. Tese de Licenciatura. Fac. Letras. UEM, Maputo, 2001.

SANTOS, F M. Passado e Presente do Papel da Articulação do Sector Privado e do Sector Familiar no Acesso à Terra em Moçambique: Estudo de Caso no Distrito de Monapo. Tese de Licenciatura. Fac. Letras. UEM, Maputo, 1987.

f) Comunicações em Seminário e/ou Conferências

ARAMAN, Armindo. "A Posse da Terra pelas Comunidades Locais e o Reconhecimento dos seus Direitos de Gestão dos Recursos Naturais." Comunicação apresentada na IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 2001.

MACUÁCUA, Adriano. "Co-Gestão: Uma Abordagem na Gestão dos Recursos Naturais." Comunicação apresentada na IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 2001.

MACUCULE, Alberto & MANGUE, Pedro. "Necessidades de Investigação em Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia", Maputo, 1998.

MAGANE, Samiro & BANZE, Castelo (eds). "Memórias do Seminário Nacional para Intercâmbio de Experiências entre Agentes Comunitários de Conservação", Maputo, 2001.

MUSHOVE, Patrick. "A Organização Comunitária: Factor Chave para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais". In: Memórias da Iª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 1998, Pp.163-170.

SIMBINE, Arlindo. "O Papel das Comunidades na Gestão de Áreas de Conservação Transfronteira: O Caso de Chimanmani." Comunicação apresentada na IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 2001.

ZOLHO, Roberto. "Princípios de Maneio e Desenvolvimento da Área Tampão do Parque Nacional de Gorongosa." In: Memórias da Iª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, 1998, Pp.199-204.

g) Artigos e Livros

ANSTEY, S. "Necessarily Vague: The Political Economy of Community Conservation In Mozambique". In: HULME, David & MURPHREE, Marshall (eds). African Wildlife and Livelihoods: The Promise & Performance of Community Conservation, Harare, s/d, Pp.74-87.

ARTUR, Domingos do R. Cidade de Chimoio: Ensaio Histórico-Sociológico-1. Coleção Embondeiro nº 14, Maputo, s/d.

ARTUR, Domingos do R. "Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente": O Caso de Nhakayedo. ARPAC, Chimoio, 2000.

ARTUR, Domingos do R. "Perfil Sócio-Cultural das Comunidades de Nhakayedo". ARPAC, Chimoio, 2000.

// CARE INTERNATIONAL. "Projecto Piloto Integrado de Conservação e Desenvolvimento nas Áreas de Conservação das Terras de Gaza e Inhambane", Maputo, 1995.

// CARE INTERNATIONAL. "Seminário de Consulta Participativa as Comunidades e Instituições das Áreas de Conservação Transfronteira", Maputo, 1995.

CHAMBERS, Robert. Desenvolvimento Rural: Fazer dos Últimos os Primeiros. ADRA, Luanda, 1995.

CHIDIAMASSAMBA, Catarina, et. al. "Potenciais Iniciativas de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais nos Distritos da Província de Manica", Chimoio, 2000.

- CHILUNDO, Arlindo G. "Avaliação do Impacto Sócio-Económico e Ambiental do Projecto de Conservação Transfronteiras nos Distritos de Magude e Moamba", Maputo, 1998.
- CUAHELA, Ambrósio. Autoridade Tradicional em Moçambique. MAE, Maputo, 1999.
- DNFFB. "Relatório do Workshop sobre a Proposta para o Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras de Maputo e Desenvolvimento da Reserva de Maputo", Maputo, 1995.
- DNFFB/UMC. "Relatório do Workshop sobre Estratégias de Género no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais", Maputo, 1999.
- DUTTON & DUTTON. Reconhecimento Preliminar das Montanhas de Chimanimani e Zonas Adjacentes com vista a Criação duma Área de Conservação, Maputo, 1975.
- HANLON, Joseph. Paz Sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. 1ª edição, 1997
- HATTON, John C. (ed). Actas do Workshop sobre a Elaboração de uma Proposta para o Projecto de Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani, Maputo, 1995.
- HATTON, John C. "Avaliação Actualizada de Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani." In: Actas do Workshop sobre a Elaboração de uma Proposta para o Projecto de Áreas de Conservação de Chimanimani, Maputo, 1995. Pp.19-22.
- HATTON, John C, et. al. Status Quo Assessment of Chimanimani Transfrontier Conservation Area. Maputo, 1995.
- INE. II Recenseamento Geral da População e Habitação, Província de Manica, Maputo, 1997.
- LEI de TERRAS. "Lei n19/97", Maputo, 1997.
- MICOA. "Primeiro Relatório Nacional sobre a Convenção da Biodiversidade em Moçambique", Maputo, 1997.
- MOLE, Paulo N. "O Impacto Social do Programa de Ajustamento Económico". In: CASTELO-BRANCO, C N (org.). Moçambique: Perspectivas Económicas, Maputo, 1994, Pp.158-174.
- MUCHANGOS, Aniceto dos. Moçambique: Paisagens e Regiões Naturais, Maputo, 1999.
- NUMMELIN, M & VIRTANEN, P. Local Forest Management by Traditional and Introduced Means In Southern Africa, Finland, 2000.

NUVUNGA, Milagre. "Projecto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani." In: Actas do Workshop sobre a Elaboração de uma Proposta para o Projecto de Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani, Maputo, 1995, Pp.5/6.

ROSS, Wilma. "Estratégias de Género no Maneio dos Recursos Naturais", Maputo, 1998.

SERAGELDIN, Ismail and STEER, Andrew (eds). Making Development Sustainable: From Concepts to Action, World Bank, Washington, 1994.

UICN. "Contribuição para o Aspecto Legal no Âmbito do Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras", Maputo, 1995.

Anexos

Cronologia de Chimanimani e das Actividades do Projecto¹

Até 1992

Em 1991 a ideia da criação do Projecto Áreas de Conservação Transfronteiras foi oficialmente levantada durante as discussões entre o Presidente de Moçambique e o Presidente da Fundação para a Natureza da África Austral e em Julho é discutida pelo Conselho de Ministros de Moçambique.

No mesmo ano são disponibilizados os fundos destinados a preparação do projecto e no final do ano começa a primeira etapa preparatória organizada pela GEF através do Banco Mundial com o objectivo geral de verificar os requisitos para a conservação da biodiversidade em geral.

04 de Outubro de 1992 assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo da Frelimo e a Renamo em Roma (Itália), criando condições para a implementação dos projectos transfronteiras.

1993

Libertação do mambo Mahate da prisão em Dombe e o seu regresso ao centro de Chimanimani.

Mambo Gudza sucede o seu falecido pai, Melingate.

1994

Segunda etapa de preparação do projecto levada a cabo pela GEF e conheceu um importante avanço através de estudos tanto teóricos como de campo. Os estudos de campo constituíram um importante processo de recolha de dados com vista a facilitar os trabalhos da terceira etapa.

1995

Os primeiros consultores fazem o reconhecimento da Área de Chimanimani com a participação das comunidades. Do reconhecimento feito concluem que a área apresenta os requisitos necessários para ser considerada uma zona de conservação.

1996

Preparação do projecto e compreendeu uma série de workshops, inspecções e consultas na área de Chimanimani e a formulação de planos de emergência de gestão.

Em Maio de 1996 iniciaram-se as primeiras negociações com a Fundação Ford para angariação de fundos para o início das actividades do projecto. Em Outubro do mesmo ano foram aprovados os primeiros fundos para o período de 2 anos, tendo sido disponibilizados um total de cerca de 350 mil dólares norte-americanos para o período de 1996 a 1999.

1997

Em finais de Março de 1997 foram feitos os primeiros contactos com os líderes comunitários e outras autoridades locais assim como a ocupação da área inicialmente proposta.

¹ Anstey, S & Sousa, C. Op. Cit, ver Relatório de Progresso do Projecto de Novembro de 1998

Em Junho de 1997 o projecto recebeu do Banco Mundial 32500 dólares para o período de 1997 a 1999.

Em Outubro do mesmo ano foi inaugurado o primeiro acampamento base em Tse-tserra.

1998

Com os fundos da Fundação Ford e do Banco Mundial iniciaram as primeiras actividades do projecto principalmente a abertura de vias de acesso para a áreas de Chikukwa considerado o coração de Chimanimani.

Em Agosto do mesmo ano primeira visita ao monte Binga efectuada pelo Staff do projecto juntamente com o Dr. Ken Wilson, onde se efectuou uma projecção de picadas para um acesso mais fácil ao ponto mais alto de Moçambique. Em Outubro realiza-se a primeira visita de troca de experiência de membros da comunidade, autoridades administrativas, líderes comunitários e pessoal técnico do projecto ACTF de Chimanimani ao projecto Tchuma Tchato em Tete.

1999

Em Julho de 1999 início da construção do acampamento de Nhaedzi.

No mesmo ano iniciou a formação do grupo de interesse de mel e dos comités de coordenação local. Compra de diversos materiais de campismo. Primeira recepção dos primeiros turistas. Visita organizada pelo CEF para verificação do progresso do projecto.

2000

O projecto beneficiou dos seus parceiros financeiros a FF e o BM um total de cerca de 750 mil dólares norte-americanos.

Assinatura do acordo que cria o Projecto ACTF de Chimanimani entre os governos de Moçambique e do Zimbabwe.

ANEXOS

Termos de cortesia

As pessoas saúdam-se entre si, indicando geralmente, com a palavra de saudação o seu respectivo "mutupo", batendo palmas. Se pertencem ao mesmo, apertam-se as mãos, pois se consideram irmãos.

Há saudações especiais para os Mambos que nestes casos são designados "chirombowe" (isto é, animal feroz) e de "changamire". Os homens chegando perto do Mambo, sentam-se ou põem-se de cócoras e batem palmas e, dirigindo-se ao Mambo, dizem: - *nhama chirombowe* (carne de animal feroz, isto é, o animal feroz em si, que é régulo). Este responde, citando o *mutupo* da pessoa que à ele se dirige.

As mulheres sentam-se no chão sobre as pernas e curvam a cabeça, inclinadas sobre a esquerda (nalguns casos tem-se a sensação que tocam o chão com a cabeça). Elas só levantam a cabeça depois de iniciada a conversa.

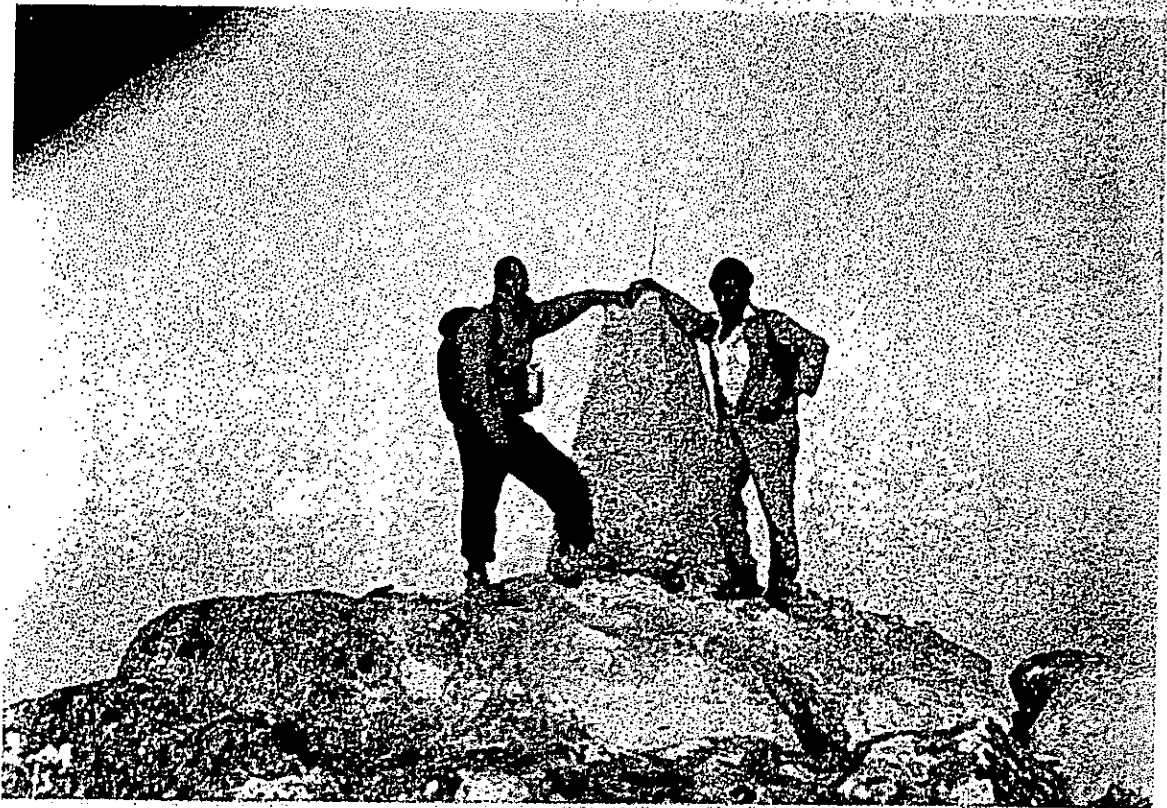
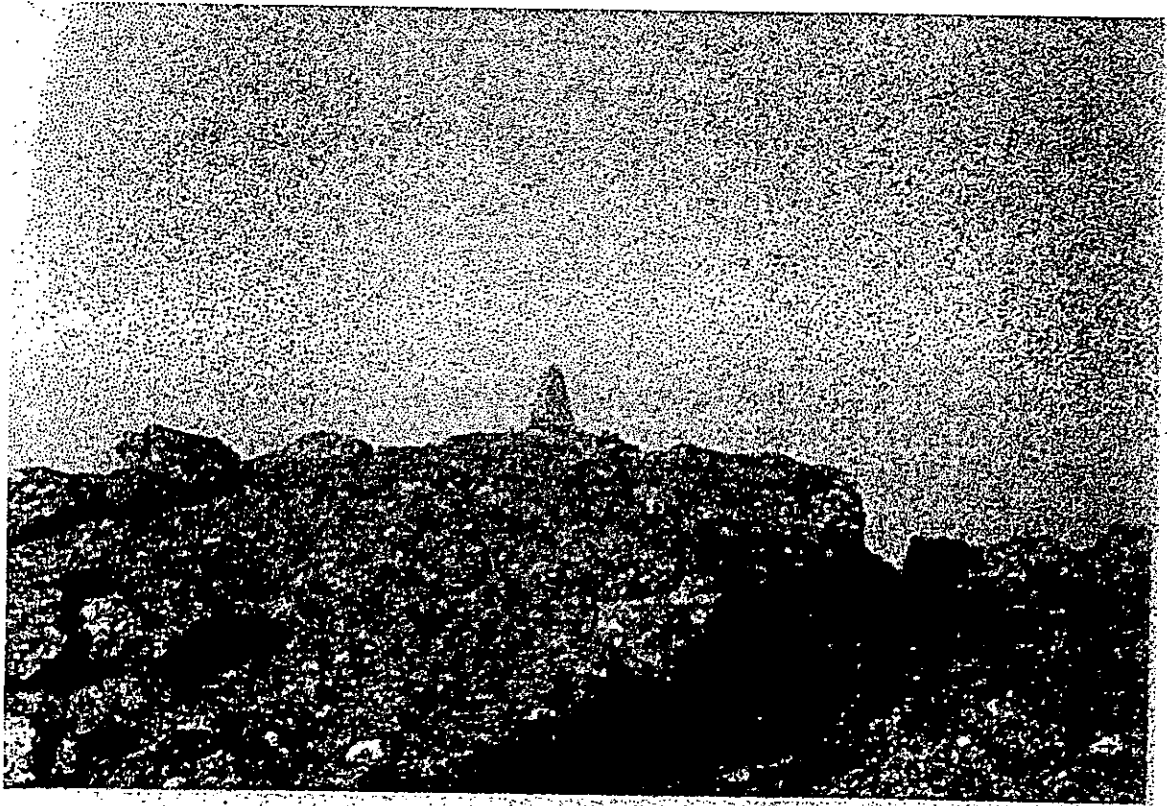
Depois dos cumprimentos, quando os indígenas se dirigem ao régulo, a fazer-lhe uma pergunta ou a dar a resposta, tratam-no por "changamire". À despedida, repetem-se as cerimónias. Se alguém, depois de saudar ao Mambo com as habituais palmas inicia a conversa e entretanto aparece mais uma pessoa que saúda da mesma maneira, o primeiro deve interromper a sua alocação e acompanha o recém-chegado no bater das palmas.

Tanto como as mulheres, os mais novos são sempre os primeiros a cumprimentar aos mais velhos, batendo as palmas e dando a saudação *manguanani* (bom dia); *masicati* (boa tarde) e *manheru* (boa noite).

ANEXO-02



ALEXO 13



ANEXO 004



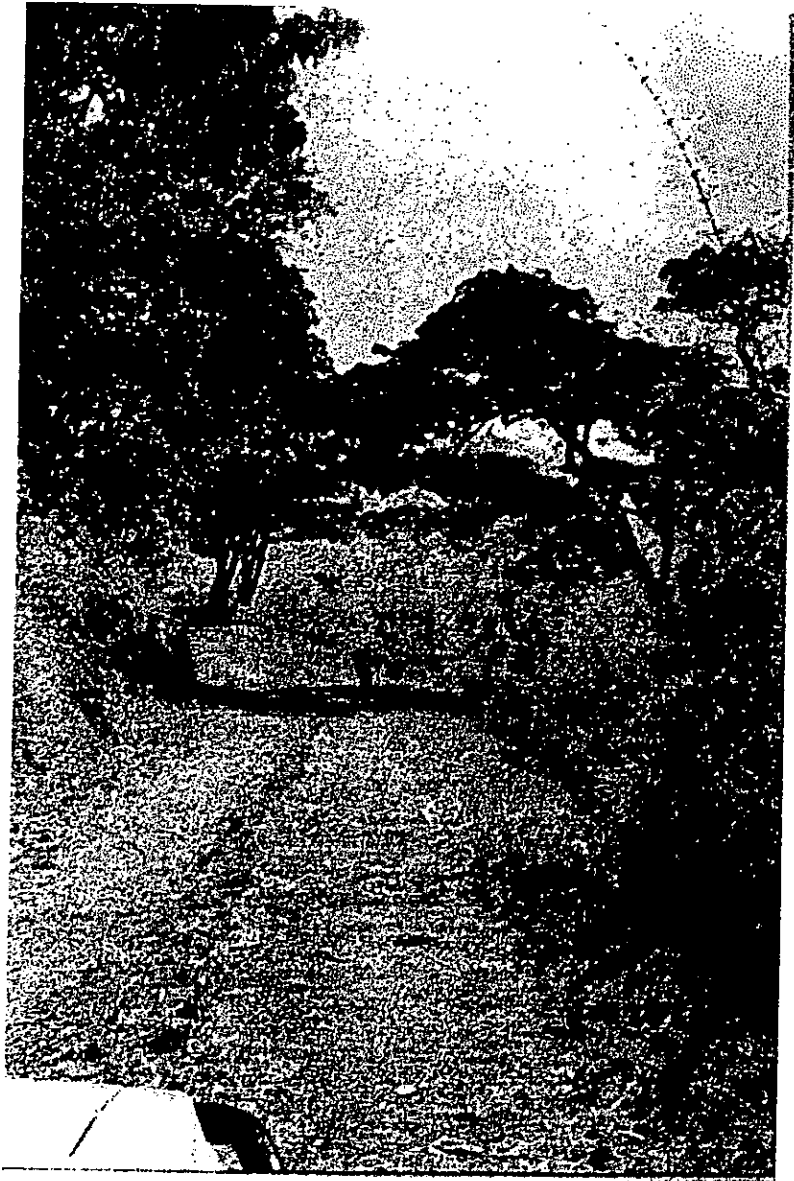
ALEXO 05



ANEXO 08



ANEXO 87



ANEXO 08



ALEX009